

Organizadoras

ANA SASKYA VAZ DE ARAÚJO
CRISTIANE SALES LEITÃO
LÍDIA ANDRADE LOURINHO
LUANA PAULA BRASILEIRO RAMOS CANAMARY
MARIA DO SOCORRO TAVARES TIMBÓ
REJANE SALES OLIVEIRA



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

O
SISTÊMICO
NA GESTÃO
PÚBLICA

Enxergando o invisível



Enxergando o invisível

O
SISTÊMICO
NA GESTÃO
PÚBLICA



Organizadoras

ANA SASKYA VAZ DE ARAÚJO
CRISTIANE SALES LEITÃO
LÍDIA ANDRADE LOURINHO
LUANA PAULA BRASILEIRO RAMOS CANAMARY
MARIA DO SOCORRO TAVARES TIMBÓ
REJANE SALES OLIVEIRA



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

1ª Edição
Fortaleza – Ce
2022

Enxergando o invisível

O
SISTÊMICO
NA GESTÃO
PÚBLICA



Copyright by Inesp © 2022

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP

Diretor Executivo do Inesp

João Milton Cunha de Miranda

Coordenação Editorial

Ernandes do Carmo

Assistente Editorial

Valquíria Moreira / Rachel Garcia

Projeto Gráfico e Diagramação

Valdemice Costa (Valdo)

Revisão

Lúcia Jacó

Equipe de Edição e Produção Gráfica

Cleomárcio Alves (Márcio), Edson Frota,
Francisco de Moura, Hadson França, João Alfredo
Gotardo Freire, Mário Giffoni
Aurenir Lopes, Tiago Melo Casal

Estagiários

João Victor / Thaís Lúcio

Catalogado por Daniele Nascimento CRB-3/1023

E61 Enxergando o invisível [livro eletrônico]: o sistêmico na gestão pública / organizadoras, Cristiane Sales Leitão ... [et al.]. – Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, INESP, 2022. 114p. : il. color. ; 3270 Kb ; PDF

ISBN 978-65-88252-69-7

1. Administração pública. 2. Aprendizagem organizacional. I. Leitão, Cristiane Sales. II. Lourinho, Lídia Andrade. III. Oliveira, Rejane Sales. IV. Canamary, Luana Paula Brasileiro Ramos. V. Araújo, Ana Saska Vaz de. VI. Timbó, Maria do Socorro Tavares. VII. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. VIII. Título.

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS ÀS EDIÇÕES INESP.

A presente obra não poderá ser comercializada e sua reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios reprográficos ou digitais, deverá ter a autorização prévia do Inesp.





A gestão pública e o compromisso com o servir

Deputado Estadual Evandro Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Fazer parte da gestão pública é estar diante de um horizonte de incessantes desafios, para os quais precisamos nos mostrar sempre aptos a abrir os caminhos rumo às melhores soluções. Aos setores públicos são apresentados diariamente os anseios da população, estes integrantes de um campo diverso que envolve desde as necessidades básicas do bem-estar social até às demandas mais específicas e mutáveis conforme o contexto enfrentado. Isto nos faz enxergar o que não está na superfície, o que é invisível.

Neste sentido, é fundamental para os servidores a dedicação em torno do trabalho coletivo, capaz de criar uma cultura saudável de atendimento à sociedade com competência, celeridade e eficiência. Para viabilizar o propósito no âmbito de seus serviços, a administração pública deve perseguir cada vez mais o caminho da capacitação, em busca de técnicas atualizadas, modernas, que venham a somar na desburocratização das ações e tornar fluidas as relações no âmbito institucional de cada órgão. São práticas assim que aperfeiçoam as nossas ferramentas para construção de forma integrada do desenvolvimento dos municípios, do estado e do País.

Organizada por Cristiane Sales Leitão, Lídia Andrade Lourinho, Rejane Sales Oliveira, Luana Paula Brasileiro Ramos Canamary, Maria do Socorro Tavares Timbó e Ana Saskya Vaz de Araújo, esta publicação constrói reflexões no intuito de dis-

cutir o conjunto de medidas independentes que fazem parte da elaboração de melhorias da organização administrativa, trazendo luz sobre os impactos positivos do pensamento sistêmico e o regime sustentável pelos gestores públicos de boas práticas e do equilíbrio nos serviços prestados por suas equipes.

Na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a aplicação do conhecimento sobre as práticas sistêmicas mostra-se nas experiências exitosas dos serviços prestados pelos mais diversos órgãos da Casa. Um exemplo disso é o trabalho do Comitê de Responsabilidade Social, que faz um trabalho integrado alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Podemos citar ainda o trabalho do Núcleo de Saúde Mental e do Centro Inclusivo de Atendimento para o Desenvolvimento Infantil (CIADI). Essas experiências desenvolvidas no Parlamento Estadual serão relatadas nas próximas páginas desta publicação.

Com a adoção de novos conceitos que visam a evolução interdisciplinar dos esforços coletivos dentro do serviço público, temos o povo beneficiado em suas principais demandas e um alicerce mais firme para execução de planejamentos que corroboram uma sociedade mais justa e cidadã.

SUMÁRIO

1. O Sistêmico na Gestão Pública:
revendo os olhares.....11
2. Práticas Sistêmicas e Restaurativas: tecendo
as linhas do sistêmico na gestão pública.....26
3. O Comitê de Responsabilidade da Assembleia
Legislativa do Estado do Ceará: a gestão pública
sistêmica alinhada aos ODS.....40
4. Saúde Mental: desvelando as entrelinhas
do “sentir” nas organizações.....70
5. O Centro Inclusivo de Atendimento para o
Desenvolvimento Infantil – CIADI: o olhar
sistêmico inclusivo para o desenvolvimento
infantil83

1. O SISTÊMICO NA GESTÃO PÚBLICA: REVENDO OS OLHARES

*Lídia Andrade Lourinho,
Cristiane Sales Leitão,
Luana Paula Brasileiro Ramos Canamary,
Ana Saskya Vaz de Araújo*

INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico pretende discutir os impactos da utilização do pensamento sistêmico, na gestão pública e de que maneira pode impactar na vida das pessoas.

A inovação, no setor público, configura-se como uma possibilidade de mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e sociais no ambiente contemporâneo, associada aos fatores de diminuições orçamentárias, maior expectativa dos cidadãos, reunida à exigência de prestação de serviços públicos, com maior qualidade, pelas organizações públicas. Para mais, colaborar em fortalecer a confiança no Estado e promover a cidadania, com base na inserção da sociedade e de parceiros no avanço de soluções inovadoras. Desse modo, adquire um papel relevante na resolução de problemas complexos da gestão pública.

Sabe-se que desde a década de 80 existe um movimento crescente à procura de técnicas prósperas e eficientes de gestão, técnicas essas que possibilitem melhorias nos serviços públicos (KETTL, 2005; PAULA, 2005; MANNING *et al.*, 2009). Coexisten-

te com essa nova realidade no contexto administrativo, o gestor público passou a se defrontar com novas exigências sociais, novas tecnologias, novos conceitos de projetos e novas visões de gestão.

Todas essas razões trouxeram mudanças na forma de administrar os serviços públicos, visto que, o modelo burocrático já não mais atendia as demandas da atualidade e está sendo alterado pelas mudanças políticas, sociais e culturais que passam a afetar o modo de pensar da sociedade. Todos esses avanços nos conceitos de gestão e administração pública desvelaram a dificuldade do gestor público em conquistar a eficiência e competência no cumprimento de suas atividades. Isso acontece por conta do favorecimento dos interesses individuais em detrimento dos coletivos, daqueles que assumem os cargos de direção, chefia e assessoramento, bem como pela influência política em relação à tomada de decisão dos gestores públicos.

Segundo Câmara (2009), a responsabilidade de direção, efetivada por intermédio do modo de acesso ao cargo público, acarreta expectativas de desempenho do cargo, compatíveis com os interesses políticos de quem tem o poder de nomear, gerando um sentimento de lealdade no nomeado. Fleury (2009) afirma que no contexto tradicional administrativo do Brasil, somente o núcleo mais técnico do Estado está propenso a ter os cargos de alta direção mantidos por nomeações políticas. Porém, o correto seria a indicação, ou nomeação de pessoas que têm conhecimento técnico para ocupar o cargo e competência para executar as atividades do mesmo.

A gestão pública necessita de novas posturas de comando e liderança. Uma inovação sistêmica na forma de pensar a gestão

pode acontecer e será benéfica em qualquer setor da instituição. Não é somente pensar e agir de modo diferente, mas de conceber as mesmas coisas de formas diferentes, produzindo, de acordo com Peter Drucker (1992), novos potenciais de satisfação.

A mudança efetiva-se quando os governos estabelecem arquiteturas, políticas e práticas organizacionais, e/ou quando constroem e instituem ideias que, de alguma forma, impactam-se diante das demandas sociais. Dessa forma, pode se estabelecer em “um processo que requer indivíduos e organizações, com capacidades para permitir a identificação e implementação de ideias sistematizadas para o contexto de sua aplicação, servindo como soluções para problemas que implicam melhor desempenho em termos de eficiência, eficácia e valor dos resultados do setor público [e/ou privado] para a sociedade” (EMMENDOERFER, 2019, p. 1).

Pensar sob a perspectiva do sistêmico é pensar a complexidade, a profundidade, a instabilidade e a intersubjetividade. É considerar o emaranhado, a incompreensibilidade, o todo e as partes. Um profissional que enxerga o mundo e nele age, portanto, reconhece as implicações de ter assumido para si os pressupostos expostos, pode se considerar um profissional que faz parte do sistema (GOMES, 2014). Com o tema desenhado, propõe-se expressar os reflexos da adesão ao pensamento sistêmico e às influências que essa conduta pode acarretar na vida de profissionais e usuários, a partir da visão sistêmica na gestão pública, atendendo ao seguinte questionamento: é possível alcançar a eficiência com a adoção do pensamento sistêmico pelo gestor público? (REBELO, 2019)

Com o intuito de responder ao questionamento, foi aplicado o método descritivo por meio da pesquisa bibliográfica. A pesquisa

bibliográfica é realizada, a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, abordando o princípio da eficiência, ancorada no pensamento sistêmico e refletindo sobre a construção de um novo paradigma de gestão pública (FONSECA, 2002).

O PENSAMENTO SISTÊMICO

As frequentes transformações às quais as organizações estão submetidas pressionam seus integrantes a mudarem, também, o modo de ver o mundo em que vivem e no qual atuam. Tais mudanças são instigadas, principalmente, pelas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. A partir dessa demanda, característica da contemporaneidade, surgem novas compreensões, visões de mundo ou paradigmas que passam a ser considerados por oferecerem respostas mais adequadas e efetivas às situações e aos contextos e que excitam novas discussões teóricas e metodológicas, “fluindo de um paradigma funcionalista (positivista), que fragmenta e simplifica as situações, para um paradigma que permita compreender e lidar com a subjetividade e a complexidade presente nas situações e fenômenos” (MAIA & ZUCATTO, 2015 p. 2).

O pensamento sistêmico firmado por Capra (2006), exhibe o mundo e as organizações no que se refere às relações integradas. Acredita ele que sistemas são totalidades integradas, nas quais as propriedades não podem ser sintetizadas às de unidades menores. Existem diversos sistemas na natureza:

[...] os sistemas não estão limitados a organismos individuais e suas partes. Os mesmos aspectos de totalidade são exibidos por sistemas sociais — como o formigueiro, a colmeia ou uma família humana — e por ecossistemas que consistem numa variedade de organismos e matéria inanimada em interação mútua. Todos esses sistemas naturais são totalidades cujas estruturas específicas resultam das interações e interdependência de suas partes (CAPRA, 1982, p. 245).

O pensamento sistêmico pode ressignificar tanto conteúdos e metodologias quanto estruturas e comportamentos, incluindo a dimensão socioambiental.

O primeiro dos critérios básicos do Pensamento Sistêmico declara que a mudança das partes para o todo deve acontecer, a partir da compreensão de que as propriedades essenciais são do todo, de forma que nenhuma das partes as possui, visto que essas manifestam-se, precisamente, nas relações de organização entre as partes para formar o todo. Outro fundamento diz respeito à capacidade de mover a atenção de um lado para o outro, entre os níveis sistêmicos (VASCONCELLOS, 2010).

No enredo das organizações, a diversidade e a subjetividade que estão presentes, nas situações, requerem do gestor a capacidade de pensar as situações ou os ambientes nos diferentes níveis de complexidade, necessários para uma tomada de decisão. Destarte, é viável identificar o nível de complexidade das decisões, a partir de seu enquadramento paradigmático (ontológico e epistemológico) (MAIA & ZUCATTO, 2015).

Atrelamos, a esse movimento, as concepções de Guerra e Figueiredo (2014) sobre novos olhares da gestão “concebidos na perspectiva do pensamento complexo, da inter e da transdisciplinaridade” (p. 149), apontando que o conhecimento fragmentado impede a visão do todo enfatizando as relações. O sistema vivo é apreendido em uma rede de relações dinâmicas. Dessa forma, estabelecemos o pensamento complexo como uma justificativa à compreensão das relações próprias às coisas, tal qual uma rede única e conectada que ampara o universo.

Donabedian (1980) declara que a qualidade do trabalho executado, em uma organização, resulta não somente do funcionamento dos processos individuais, mas de que forma esses processos se vinculam ao sistema. Para o autor, em uma organização, o sistema é um grupo interdependente de elementos, pessoas ou processos que trabalham unidos numa mesma direção e com o mesmo propósito.

O pensamento sistêmico despontou no século XX, indo de encontro ao pensamento reducionista-mecanicista de Descartes e Newton, o qual é apoiado no paradigma da ciência tradicional mencionada por Vasconcellos (2010), cujos pressupostos fundamentais se limitam à simplicidade, à estabilidade e à objetividade.

Considerando os pressupostos de complexidade, subjetividade, instabilidade, o paradigma sistêmico tem como concepção a flexibilidade e a plasticidade que se exprimem nos sistemas por meio de características auto-organizativas que partem do caos e, em seguida, adquirem aspectos de autorrenovação e autotranscendência. Portanto, os sistemas abertos para além do equilíbrio podem se proteger, reproduzir-se, renovar-se e num processo de adaptação, evoluir! (COSTA, 2007).

O pensamento sistêmico pode ser uma disciplina, um estudo com teoria e prática, que possibilita o desenvolvimento de uma visão de conjunto, de coletividade, de uma estrutura que foca na inter-relações, em lugar de coisas, para acompanhar os padrões de mudança em lugar dos estáticos. O gestor, à medida que assume o pensamento sistêmico, faz a diferença na gestão pública muda a realidade do país (GOMES, 2014).

E esse novo olhar será capaz de conduzir as ações da organização, entendendo políticas e procedimentos, ajustando os processos e as práticas internas às condições determinadas pela lei.

O SISTÊMICO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

O sistêmico nas organizações públicas encontra-se numa perspectiva de ser uma ferramenta complementar para o desenvolvimento sustentável da humanidade, visto que se dispõe a refletir sobre o funcionamento das relações sociais. Quando se classifica uma lei como “sistêmica”, tal fato transcorre da atuação e repercussão em vários componentes de modo simultâneo. As ordens encontradas por Bert Hellinger atuam, diretamente, em todos os sistemas, com a finalidade de manter seu bom funcionamento, buscando um equilíbrio original que ampara tais estruturas (HELLINGER, 2005).

Respeitar e seguir essas ordens da vida possibilitam a fluidez eurrítmica dos relacionamentos. Mesmo não as conhecendo, elas agem nos relacionamentos humanos sem limites temporais, culturais, espaciais e religiosos, por serem naturais à existência

humana. E o aparecimento de conflitos, ou questões mal compreendidas, sejam elas pessoais e/ou interpessoais, são resultados do desrespeito de uma ou mais dessas três leis sistêmicas. Sendo assim, a partir da compreensão desses conceitos, é possível reconhecer as desordens que afetam tais situações e conceber quais caminhos devem ser adotados para que a paz se restabeleça.

Inserido nesse pensamento, percebe-se que o atual cenário político brasileiro demanda transformações, no panorama da gestão pública no século XXI, exige reflexões sobre a adoção do pensamento sistêmico pelo gestor público, demonstrando o impacto da influência desse pensamento na tomada de decisões (BERTALANFFY, 2006; CÂMARA, 2009).

Trata-se de um assunto relevante, em razão da dificuldade de o gestor público alcançar a eficiência no desempenho de suas atividades administrativas. Portanto, é importante reconhecer que o pensamento sistêmico interfere na direção que a gestão pública atinge.

O novo paradigma de gestão, para além do gozo e conquista de direitos, deve produzir uma nova relação entre Estado e sociedade, de modo que a criação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas seja assegurada pelo interesse público e corresponda à expectativa da sociedade. Isso não constitui a simples aceitação do interesse popular, mas sim o reconhecimento da importância dos movimentos sociais, da atuação coletiva de resistência, de alteração e a definição, por meio de regras democráticas, da equação precisa dos conflitos da sociedade. (MATEOS, 2011; DAGNINO, 2002).

Debater sobre os aspectos que constituem a inovação e sua admissão, em organizações públicas e privadas, apresentando as conformidades e distinções existentes nas estruturas das organizações, provoca diferentes desfechos para os projetos inovadores. E os benefícios dessa conduta tornam-se visíveis, nos serviços prestados à sociedade e nas ações institucionais, visto que o pensamento sistêmico contribui para que novos sentidos e perspectivas sejam compartilhados, multiplicados e socializados. A gestão pública necessita de uma inovação sistemática do pensar e do agir para que desse modo possa dar respostas efetivas às inexistências e urgências sociais, alcançando a eficiência nas decisões (SANTOS, 2019).

O pensamento sistêmico auxilia na compreensão de que tornar os sistemas mais eficazes é como operar, em melhor harmonia, com os processos do mundo natural e social (VALENÇA, 2011).

Portanto, as organizações que, efetivamente, terão êxito serão as que conseguirem aprimorar e incentivar o comprometimento e a capacidade de aprender, nas pessoas, em todos os níveis da organização (SENGE, 2009).

Os princípios básicos de uma gestão pública inovadora: o amor, a felicidade, a esperança, o trabalho são aspectos relevantes na concretização de uma gestão pública inovadora e suscitam outros valores humanos, organizacionais e sociais que regulam o Ecossistema de Inovação no Setor Público. Esses valores e características organizacionais são importantes para instigar os fatores humanos.

De acordo com Cardoso Jr (2014), ao Estado cabe não somente realizar suas atividades de modo melhor e mais eficiente, mais do que isso, compete-lhe a tarefa de induzir, fomentar ou

mesmo produzir oportunidades para a renovação das estruturas econômicas e sociais do país. O processo de renovação abrange o redelineamento da estrutura, dos procedimentos e práticas do setor público, incorporando transformações de grande proporção na dimensão institucional, onde se relacionam questões concernentes aos princípios e valores que comunicam a relação das organizações com a sociedade e o mercado.

Dessa forma, a gestão pública precisa da inovação sistêmica para atender às carências sociais e alcançar a eficiência. A execução do pensamento sistêmico pelo gestor poderá colaborar para que novas visões emergentes se tornem visões compartilhadas e colaborativas. A visão do todo é essencial para a tomada de decisões.

CONCLUSÃO

A partir do que foi discutido, identificou-se que a adoção do pensamento sistêmico pelo gestor pode intervir no rumo da gestão pública do país. Trata-se de uma habilidade que um gestor assume, na análise dos fatos e de suas possíveis consequências, com o intuito de construir uma solução única que atenda as expectativas de todas as partes envolvidas. Os ganhos da nova perspectiva são visíveis nos serviços prestados à sociedade e nas ações internas da instituição.

A adoção do pensamento sistêmico está profundamente associada ao desenvolvimento das virtudes éticas do gestor. A visão de mundo é pessoal, portanto, não existe uma forma de pensar e agir no contexto individual. Sendo assim, não se deve ponde-

rar sobre as mudanças de forma isolada, mas em um coletivo, para que haja um conjunto de medidas independentes que fazem parte na elaboração de melhorias na organização.

Para tal, o gestor público, assim como o da iniciativa privada, precisa obter características e qualidades que o capacitem a provocar as mudanças que são propostas. Na condição de líderes do setor público, os gestores necessitam ser providos de conhecimentos, habilidades e atitudes para lidar com as diferentes formas e fontes de poder que atravessam o setor público.

REFERÊNCIAS

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CÂMARA, L. M. Fatores do Pensamento Sistêmico como Potencializadores de Sucesso de Projetos de Software no Setor Público. organização da administração pública Federal Brasileira: uma introdução ao estudo da organização da direção pública na perspectiva de estudos organizacionais. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública (RAP)**, 43(3), maio/junho 2009.

_____, L. M. O cargo público de livre provimento na organização da administração pública federal brasileira: uma introdução ao estudo da organização da direção pública na perspectiva de estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública** [online]. 2009, v. 43, n. 3.

CAPRA, F. (2006). **A teia da vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix.

_____, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo, Cultrix: 1982.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Planejamento, democracia e desenvolvimento no Brasil: perspectivas à luz das capacidades estatais e instrumentos governamentais. *In*:

COSTA, W. G. **Socionomia de base sistêmica: Método de apoio à gestão de grupos na organização**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil:** um balanço necessário. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DONABEDIAN, A. **The Definition of Quality and Approaches to its Assessment** (Explorations in quality assessment and monitoring). v. 1. Ann Arbor: Health Administration Press, 1980.

DRUCKER, P. **A Nova Era da Administração.** São Paulo: Pioneira, 1992.

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público** / Magnus Luiz Emmendoerfer. -- Brasília: Enap, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2002.

FLEURY, Sabino José Fortes. **Redes de proteção:** incentivos, escolhas e comportamentos na política brasileira. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

GOMES, L. B. et al . **As origens do pensamento sistêmico:** das partes para o todo. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 18, n. 2, p. 3-16, dez. 2014.

HELLINGER, B. **Conflito e paz:** uma resposta. São Paulo: Cultrix, 2005.

KETTL, D. F. **A revolução global**: reforma da administração do setor público. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 75-122.

MAIA, A.G. ZUCATTO, L.C. **Uma reflexão sobre as influências dos paradigmas nas decisões organizacionais direcionadas a sustentabilidade**. Artigo apresentado V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis- SC – Brasil – Março/2015.

MANNING, N. et al. **Reformas de Gestão Pública**: o que a América Latina tem a aprender com a OCDE? In: MEDEIROS, Paulo César; LEVY, Evelyn (org.). Novos caminhos da gestão pública: olhares e dilemas. Rio de Janeiro: Qualitymark; Brasília, DF: CONSAD, 2009, p. 97-148.

MATEOS, S. B. Participação popular: a construção da democracia participativa. Brasília: Revista Desafios do Desenvolvimento, IPEA, 2011.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

REBELO, Michele Alves Correa. A adoção do pensamento sistêmico na Gestão Pública: uma mudança de paradigma. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 10, Vol. 01, pp. 45-63. Outubro de 2019.

SANTOS, E. A. P. dos, Org.; Cruz, Myrt Thânia de Souza, Org. **Gestão de pessoas no Século XXI: desafios e tendências para além de modismos / Organização de Elisabete Adami Pereira dos Santos e Myrt Thânia de Souza Cruz.** – São Paulo: Tiki Books: PUC-SP/ PIPEq, 2019.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende.** 25ª ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2009.

VALENÇA, A. C. **Aprendizagem Organizacional: 123 aplicações práticas de arqueótipos sistêmicos.** São Paulo: SENAC, 2011.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. (2010). **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência (9ª ed.).** Campinas: Papirus.

2. PRÁTICAS SISTÊMICAS E RESTAURATIVAS: TECENDO AS LINHAS DO SISTÊMICO NA GESTÃO PÚBLICA

*Lara Santos Lobo,
Selma Machado de Castro,
Maria do Socorro Tavares Timbó*

A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A organização gregária é uma necessidade humana básica que preconiza a subsistência, nela estão contidas as ideias que promovem o amparo e a inserção do sujeito no social. Ainda sobre grupos, cita-se a sua formulação nos mais variados tipos e níveis, sendo uma característica essencial e predominante o seu arranjo político. Esse serve de regulador nas intra e inter-relações, constituindo subjetividades, bem como estruturas sociais, portanto, incide como o indivíduo se comporta e nota-se no todo. Em decorrência dessa formação, supõe-se a necessidade de uma estrutura que modere o composto social, de maneira a organizar a cultura enquanto sociedade. Denomina-se o detentor dessa função de Estado (ENGELS, 1966; ATHAYDE, 2010)

O conceito atribuído ao que se conhece por Estado é entendido pela aplicabilidade pragmática, teórica e sistêmica dos três poderes que o retroalimentam. A tríade é distribuída em Legislativo, Executivo e Judiciário. Segundo as propostas, tais poderes

dispõem de competências específicas, ordenadas e em consonante alinhamento constitucional. O Estado é “permanente e parte da agremiação, possui estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade, ao tempo em que dela faz parte. Para que toda essa conjuntura funcione é inerente à competência humana na sua linha de frente” (ATHAYDE, 2010. p. 2).

Com efeito, a cúpula a quem se destina a atribuição da práxis do exercício do Estado é o governo. Rodrigues (2010) afirma que “Por Governo compreendemos como sendo a assembleia de sujeitos que direcionam o itinerário social” (RODRIGUES, 2010, p.46). Cada governo dispõe de organização sócio-político própria, tangida por sua constituição histórico-cultural. Contudo, cabe salientar que o governo pode ser democrático ou não. No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, a opção de gestão por lei é democrática e confere a guarda dos princípios éticos nacionais.

A administração pública, no Brasil, passou por inúmeras mudanças desde a fundação da república em 1889. A estrutura era oligárquica e perdurou até a Era Vargas, em 1930. Durante o período das oligarquias, embora houvesse o preceito de que o setor público se direcionasse aos interesses sociais, poucos eram os investimentos e esforços para amenizar a discrepância entre as classes, não incluindo qualquer aparato equânime. Segundo Wolter e Velho (2020), a época foi marcada por manifestações endêmicas e caos na saúde pública, que expunham o descaso governamental da época e a demasiada insatisfação popular.

Com o avanço da república, observou-se a necessidade de revisar as posturas políticas e realizar uma série de reformas. Durante a Era Vargas, desabrocharam-se componentes importantes

para a conjuntura social da época, tal qual o Ministério do Trabalho, bem como a fundação do que viria, posteriormente, a se tornar o Ministério da Saúde, entre outros projetos, cite-se o plano SALT, que bradava sobre saúde, alimentação, luz (energia) e trabalho para todos. O Brasil aderiu ao perfil desenvolvimentista e ao estabelecimento de uma nova identidade nacional (WOLTER; VELHO, 2020).

Na contramão do ritmo progressista brasileiro, o golpe militar ocorrido, em 1964, culminou estaque nos mais diversos níveis estruturais. O impacto disso deu-se, diretamente, na queda da democracia e na perda abrupta de direitos. Houve retrocesso e, como resposta, revolução. “O Golpe que instaurou a ditadura por 20 anos, período de modernização conservadora, com consequências para a política social” (ATHAYDE, 2010. P. 18). Após a queda do regime militar, a nova democracia irrompeu e foi consolidada a nova Constituição cidadã, promulgada e homologada em 1988. Nessa época, “as áreas da educação e de saúde foram efetivamente implementadas políticas sociais universalistas” (ATHAYDE 2010; ROGRIGUES, 2010. P. 18).

Enquanto o país se redirecionava ao progresso e recuperava-se, historicamente, necessidades visíveis e inevitáveis emergiram. O caráter organizacional era frágil e incipiente, estando ábdito de seu clímax funcional satisfatório, isto é, havia desempenhos nas repartições públicas nacionais, mas eram fragmentados e não atendiam o propósito da metodologia que iria acolher as demandas. Com efeito, o momento de reconstrução democrática brasileira estava infecionando-se com os ideais sistêmicos. O processo de sistematização da governança dava passos largos, no

cenário mundial e, cada vez mais, estabelecia-se como um fenômeno eficaz, servindo de modelo aos países cuja faceta fosse democrática (AFFONSO, 2018).

A CONSTRUÇÃO DA TEORIA SISTÊMICA

O início do pensamento sistêmico teve sua origem na discordância dos métodos cartesianos analíticos que predominou durante os séculos XIX e XX, promovia a metodologia na qual delimitava a conclusão de uma problemática, a partir da fragmentação do todo em pequenas partes, onde as últimas revelavam suas respectivas propriedades (GOMES, et. al, 2014). Apesar do reconhecimento e promoção dentro da comunidade científica, contudo, ele se tornou obsoleto, sendo necessária uma nova visão da resolução de conflitos. O desenlace do pensamento cartesiano redirecionou-se às concepções aristotélicas.

Em resposta ao declínio do paradigma supracitado, o fenômeno da teoria organísmica (entendendo que esta é sinônima de sistêmica) ganha cada vez mais espaço no vislumbre científico mundial. Na concepção de Gomes (2014), os atributos fundamentais de um organismo são inerentes à sua totalidade. O Organismo coloca o imo na compreensão dos vínculos organizadores. Essas noções iriam contribuir, mais tarde, para a formulação do que se conhece por Teoria Sistêmica, onde “o principal objetivo era esclarecer e generalizar os princípios de organização de todas as estruturas vivas e não vivas e formular uma ciência universal da organização” (BERTALANFFY, apud. CAPRA, 2006, p. 7).

Ainda sobre as propostas que consistem no pensamento sistêmico, salienta-se o foco nas relações. Segundo Vasconcelos (2010), os liames são o que dão consonância ao sistema todo, concedendo-lhe natureza de total ou global, uma das características estipuladas do sistema. Outras propostas que personificam o pensamento sistêmico são os conceitos de não somatividade, homeostase, morfogênese, circularidade e equifinalidade.

A saber, cada vertente dispõe de definições importantes para o entendimento da teoria, na qual, segundo Gomes (2014), o conceito de não somatividade confere o sistema como não sendo, meramente, a soma das partes, observando o total em sua dimensão e configuração. A homeostase é o momento autorregulável que sustenta a constância do sistema, preservando seu funcionamento. A morfogênese é a faceta dos sistemas abertos para agregar os pontos da esfera externa e reconfigurar sua performance. A circularidade, diz respeito à bilateralidade relacional entre componentes, sendo que essa relação é não linear e acata um curso cíclico. Por fim, a equifinalidade, ocupa-se dentro dos sistemas abertos, onde o desfecho de sua atuação não depende da sua encetadura, isto é, a estabilidade é determinada pelas condições do sistema.

De acordo com Bertalanffy (1975, p.5), “uma Teoria Geral dos Sistemas deve ofertar um construto ideal extensivo e muniado da união de diferentes doutrinas científicas que, até então, estavam independentes e desenlaçadas”. A consolidação factual do rigor sistêmico, também, se ocupou em refletir sobre retroalimentações e processos que sustentavam a estagnação de certas conjunturas. Ora, com esse pensamento, também, foi possível compreender as possibilidades de aplicação dentro de setores, a exemplo do público, fazendo com que os líderes, à frente das ges-

tões, pudessem refletir suas respectivas atuações e vislumbrar no pensamento sistêmico uma possibilidade.

A TECELAGEM DOS IDEAIS SISTÊMICOS RESTAURATIVOS NA GESTÃO PÚBLICA

É nítido que a influência do pensamento sistêmico, por sua vez, restaurativo se propôs a ser uma possibilidade no que se refere a otimizar a operacionalização das gestões públicas. No cenário brasileiro, as ferramentas instrumentais estão voltadas às inovações institucionais sobre gestões participativas (WOLTER; VELHO, 2020).

Além disso, cabe frisar a “existente necessidade de integrar o cidadão ao processo decisório da administração pública, ou seja, no processo de decisão política”, inclusive, naturalizar a promoção do bem-estar aos servidores inseridos nas estruturas gestoras. (FREITAS, DACORSO, 2014). Proporcionar esse enlace participativo, permitiu a valorização das relações, como também, a motivação do servidor, que desfruta das ações desenvolvidas.

Wolter e Velho (2020) entendem que, atualmente, tais ações ancoram-se no conceito da Nova Gestão Pública – NPG -, esse, pode ser entendida como a personificação do sentido inovador dentro dos modelos de gestão pública.

A personificação da NPG trouxe como possibilidade a implementação do setor de Práticas Sistêmicas e Restaurativas e do setor de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do

Estado do Ceará. Fundado, em março de 2021, com o propósito de amparar as condutas parlamentares e dispor de utilidade instrumental na transformação social e na melhoria da qualidade de vida dos servidores e usuários dos serviços do Departamento de Saúde e Assistência Social – DSAS -, colocando o conceito inerente à teoria sistêmica da morfogênese, dispõe de ótica que se volta à coletividade e é norteado pela abordagem sistêmica restaurativa.

O núcleo é um diferencial na sociedade, em virtude da inclusão das ações integrativas com os demais setores e destina-se a promover resolução de conflitos e a pacificação social, “o entendimento sistêmico requer uma compreensão dentro de um contexto, de forma a estabelecer a natureza das relações” (GOMES, et al, 2014. P. 12). A seara da práxis sistêmica promove, também, atos égides aos setores do Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil – CIADI –, ao Núcleo de Mediação, ao Núcleo de Violência Contra as Mulheres e ao Núcleo de Responsabilidade Social.

Ademais, as execuções do NPS contemplam, ainda, encontros diários e mensais, onde existem atividades grupais, à luz da abordagem da Constelação Familiar de Bert Hellinger e a promoção de exercícios destinados à qualificação interpessoal. Com isso uma maior animosidade, no espaço laboral, intervenções com círculos práticos e palestras sobre a cultura da paz, ações destinadas à resolução de conflitos, atendimentos grupais e individuais (presencial e remoto), dispendo de ações profissionais qualificadas em cada execução do serviço. Com efeito, a instauração desse núcleo foi importante, pois agrega o espaço comunitário ao encontro de seus participantes, uma vez que, também, trabalha com as

quatro dimensões do ser humano: A raiva, Ódio, Rancor e Desejo de Vingança, primando suporte aqueles que demandam acolhimento e direcionamento na ressignificação do seu sentido de vida (HELLINGER, 2005).

Com o intuito de ratificar as práticas já prestadas, no âmbito do setor do NPS, existe um portfólio autoexplicativo, onde constam todas as ações e benfeitorias já desenvolvidas. As atividades tiveram início em março de 2021, com atendimentos virtuais. As execuções prosseguiram no dia 19 de maio de 2021, alinhando o aporte projetivo das atividades que seriam consolidadas na junta da equipe. Prosseguindo com a execução dos projetos, o portfólio constata atividades, no mês Junho de 2021, de atendimentos presenciais e integração de novos membros ao núcleo, entendendo a circularidade dos processos. Adentrando o mês de julho, houve o momento da solenidade de inauguração do Núcleo de Mediação e Gestão de Conflitos e do NPS e a promoção de palestra sobre “O luto na Pandemia”, bem como a instituição do 1º Grupo de Exercício Sistêmico: uma vivência sobre a morte e o viver, mediado por Nara Guimarães.

O período de agosto foi marcado por atuações importantes. Homologou-se o início da agenda fixa semanal dos exercícios sistêmicos, com objetivo de atender um maior número de usuários e possibilitar que suas questões sejam visualizadas de maneira breve e focal, permitindo acesso à informação rápida e eficaz. Desempenharam-se atos com grupos de pais sobre a importância desses no seu contexto familiar e grupos de exercício sistêmico, cujo tema foi: “Cada um no seu papel – A Importância de conhecer nosso lugar”. O fechamento do mês de agosto foi consolidado

pelo momento Participação das Terapeutas do Núcleo, no Curso de Facilitadores de Círculo de Justiça Restaurativa e Construção de Paz, oficinas e debates sobre o “Setembro Amarelo”, bem como o procedimento de assinatura do Termo de “Cooperação Técnica com a Assessoria Especial da Vice-Governadoria do Ceará”, o que certamente demarca um momento ímpar no percurso do NPS.

No tocante aos feitos de setembro, foi possível operar sobre Grupo de Exercícios Sistêmicos: depressão e comportamentos suicidas. Realizou-se, também, uma entrevista no programa “*Mulheres no Parlamento*”. Tendo em vista a temática do setembro amarelo, os projetos focaram em Círculos de Construção de Paz sobre Suicídio, Panfletagem e distribuição de lacinhos amarelos, com a finalidade de promover a conscientização sobre a temática. Em seguida, aconteceu o evento do dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, no DSAS, e exercícios sistêmicos sobre caminhos de resiliência, ações voltadas à promoção de conhecimentos sobre “recursos para lidar com as adversidades”, em parceria com a Célula de Psicologia e Oficinas sobre “Despertar”, contando com toda a equipe do Núcleo de Práticas Sistêmicas.

Durante a tematização do Outubro Rosa, a maioria das ações do NPS foram direcionadas à conscientização sobre o câncer de mama, grupo de Exercícios Sistêmicos e o Seminário de Governança Municipal. Promoveu-se a chamada “Assembleia Itinerante”, que esteve presente fora dos espaços institucionais, permitindo maior abrangência ao público ao que se destina.

Em novembro, com o fechamento do calendário anual, aconteceram momentos voltados à exercícios sistêmicos e a realização do I Encontro de Saúde Sistêmica, comprovando que todas

as ações são homeostáticas e equifinalísticas, tal qual a essência do ideal sistêmico. Para isso, a fala de Pavéglio (2021, p.16) cita “a transformação de um trabalho desgastante em um trabalho prazeroso, precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório”.

Contudo, todas as ações, quer sejam de cunho prático ou teórico, denunciam, por parte do gestor público, a vertente do olhar sensível e disposto a instaurar, dentro do espaço laboral o que se conhece como um dos maiores desafios para o trabalhador atual: a motivação. Segundo Maximiano (2010, p. 318) “a estabilidade motivacional dentro do espaço de trabalho é um ponto indicativo de bem-estar psicológico, que recai diretamente sobre a produtividade e qualidade trabalhista dos colaboradores na realização de tarefas e alcance de meta”. Promover a motivação e qualidade de vida para o trabalho é investir no futuro institucional. A presente prática, segundo Pavéglio (2021, p.1-18) é a sinalização de uma gestão competente e empenhada em estar alinhada com as atuais tecnologias já empregadas no mundo do trabalho: a competência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria dos sistemas ocupa-se em estabelecer novas perspectivas; de maneira transversal, didática é possível no tocante a sua implementação operacional. Ela consegue funcionar, plenamente, na lógica do setor público apesar dos seus mais diversos desafios, minimizando as intercorrências conhecidas no mundo do trabalho e promovendo um ambiente capaz de funcionar em consonância com o bem-estar social e pessoal.

A abordagem sistêmica, na perspectiva de Chiavenato (1993), é a evidência da teoria moderna sobre o dinâmico de interação que acontece incluso na estrutura de uma organização. Essa abordagem contrapõe-se com a visão tradicional que destaca apenas a estrutura inerte. A teoria moderna não transfere a ênfase para a estrutura, simplesmente, a adiciona no processo de interação, entre as partes, e que acontece dentro da estrutura.

Andrade *et al* (2006) afirmam que a aceitação das abordagens sistêmicas na teoria organizacional aproxima-se, visceralmente, ao crescimento da complexidade das organizações humanas, trazendo a necessidade de melhorar a capacidade de administrar e solucionar problemas que se apresentam, cada vez mais, complexos. Isso fez com que a concepção de um ambiente fosse mais favorável à adoção de ideias sistêmicas na administração de instituições públicas e privadas.

Diante de tantas possibilidades de ampliar os olhares da gestão com o uso da visão sistêmica, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará lançou mão da ferramenta para qualificar melhor seus gestores, melhorando seus processos e relacionamentos com os usuários de seus serviços.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Bruno Dantas Faria. **Os desafios da implantação de mecanismos de governança nas universidades federais brasileiras**. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018.

ANDRADE, A.; RODRIGUES, L.; SELEME A.; SOUTO, R.. **Pensamento sistêmico: caderno de campo – o desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

ATHAYDE, E. **Conceitos básicos: Estado, Governo, Poder, Administração Pública e Política Pública**. Unidade 1. 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Planejamento no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2 ed. Petrópolis. Ed. Vozes. 1975.

CAPRA, F. **A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix. 2006.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 3a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993. v. 2.

FREITAS, R. K. V. de; DACORSO, A. L. R. **Inovação aberta na gestão pública: análise do plano de ação brasileiro para a Open Government Partnership**. *Rev. Adm. Pública*, v. 48, n. 4. jul/ago. 2014.

GOMES, L. B. et al. **As Origens do Pensamento Sistêmico: Das Partes para o Todo**. Pensando Famílias. 2014. Disponível em: <As origens do pensamento sistêmico.pdf>. Acesso em: 28 de fev. de 2022.

HELLINGER, B. **Conflito e paz: uma resposta**. São Paulo: Cultrix, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas.

MARX, Karl. e ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

PAVÉGLIO, R. **Motivação humana para o trabalho: um desafio da gestão pública**. Revista Científica Multidisciplinar: O Saber. São Paulo, v. 03, p. 01-18, mar. 2021. Disponível em: <43-Material para submissão-178-1-10-20210328.pdf>. Acesso: 02 de Março de 2022.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: PubliFolha, 2010.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência** (9ª ed.). Campinas: Papyrus, 2010.

WOLTER, A. P. VELHO, A. da S. **Gestão Pública no Brasil: Desafios e perspectivas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 02, Vol. 02, pp. 18-27. Fevereiro de 2020. Disponível em: < Gestão Pública no Brasil: Desafios e perspectivas - Revista Científica (nucleodoconhecimento.com.br)>. Acesso em: 01 de Fev. de 2022.

3. O COMITÊ DE RESPONSABILIDADE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ: A GESTÃO PÚBLICA SISTÊMICA ALINHADA AOS ODS

*Cristiane Sales Leitão,
Luana Paula Brasileiro Ramos Canamary,
Tamires Campos Goes da Silva Guimarães,
Patrícia Codevilla Carneiro,
Kátia Quitéria Gomes da Silva*

INTRODUÇÃO

A responsabilidade social é o modo de pensar e agir de forma ética nas relações. A prática está, diretamente, ligada a uma ação voluntária para a sociedade e para o meio ambiente, promovendo benefícios sociais e sustentáveis.

A visão sistêmica é a capacidade de ver o cenário completo, analisando todos os agentes e as situações que o compõem. Diante disso, os órgãos públicos devem agir de forma integrada e sistêmica para poder trazer uma nova postura de observador para o gestor público; melhorar processos; desenvolver pessoas e melhorar o desempenho da gestão. Para além da conjuntura competitiva e dos fatores econômicos, toda e qualquer organização, seja ela pública ou privada, deve seguir e agir de acordo com os princípios de responsabilidade social.

Tais princípios possibilitam-nos a conquista do bem comum e da melhoria da sociedade. O presente estudo teve por objetivo analisar o impacto das ações do Comitê de Responsabilidade Social da ALECE na sociedade cearense. Para tal, foi realizada revisão teórica sobre a importância da implantação da responsabilidade social contemporânea e suas aplicações no contexto do setor público.

Em 2021, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará completou 186 anos de instalação, com uma trajetória construída pelo debate de ideias e compromisso com o desenvolvimento do Ceará e da população cearense.

A história da Alece remonta ao dia 7 de abril de 1835, quando o senador José Martiniano de Alencar, presidente da Província do Ceará, abriu os trabalhos da primeira sessão do poder legislativo cearense. Com 28 deputados e sete suplentes, começaram os trabalhos da primeira legislatura sob a presidência de Joaquim José Barbosa.

Ao longo dos anos de serviço ao Ceará, a Alece passou por diferentes sedes, adaptando sua estrutura às demandas da população e aos contextos sociais vigentes em cada época.

O Estado do Ceará tem, em sua trajetória, nove constituições estaduais, reflexos de contextos históricos, políticos e sociais que foram se alterando ao longo dos anos. A última elaborada pela Alece, foi a Constituição de 1989, que repercutiu os ideais democráticos da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã.

Atravessando diversos períodos da história do Ceará e do Brasil, a Assembleia Legislativa consolidou-se sendo a Casa do

Povo e espaço de debates sobre os interesses dos diversos segmentos da população cearense.

Os desafios que se impõem ao serviço público são gigantescos. Ainda existe, apesar de todos os esforços e progressos já obtidos, um espaço oculto ao cidadão. Um débito de legitimidade, ainda, impera sobre a relação da gestão pública perante a sociedade. Faz-se necessário, portanto, olhar sobre os muros e identificar e reconhecer esse nicho da população que ainda permanece invisível.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR PÚBLICO

A Responsabilidade Social – RS – sendo “atuação legítima e voluntária das empresas com a comunidade externa e interna na qual elas estão inseridas” de acordo com Aligleri & Borinelli (2001, p.3), apontam a necessidade do compromisso assumido na redução dos impactos provenientes da inserção de um órgão em um determinado ambiente. Nele estão compreendidos os coletivos humanos, com suas várias demandas e o contexto ambiental, ancoradas na visão sistêmica acerca da sustentabilidade que, englobando aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais, podem ainda ser de curto, médio e longo prazo, sendo uma prática que visa à promoção de uma sociedade justa, com qualidade de vida e sustentabilidade (MANNARELLI FILHO *et al*, 2021).

Trata-se, portanto, do compromisso assumido de reduzir os impactos provenientes da inserção de um órgão em um determinado ambiente, nele compreendidos os coletivos humanos, com suas variáveis demandas e o contexto ambiental. Assim, no âmbito de uma casa legislativa, visa aos servidores, bem como às pessoas e aos coletivos que circundam o espaço de atuação de todos.

Importa esclarecer que a responsabilidade social abarca, ainda, uma concepção sistêmica acerca da sustentabilidade, englobando aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais que podem ainda ser de curto, médio e longo prazo (MANNARELLI FILHO *et al*, 2021) e uma prática que visa à promoção de uma sociedade justa, com qualidade de vida e sustentabilidade.

Como primeiro feito empreendido, foi solicitada a adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Deputado Evandro Leitão, passando a assumir compromisso com o desenvolvimento sustentável estabelecido pela ONU.

As atividades do Comitê de Responsabilidade Social tiveram início no mês de junho de 2021, sendo inaugurado como um dos núcleos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e, no mesmo ano, houve a implantação de outras células com atuação na promoção do Núcleo de Responsabilidade Social, deixando de ser um núcleo para ser o Comitê de Responsabilidade Social, composto pelas Célula de Articulação e Fomento à Cidadania, Célula de Saúde e Segurança do Trabalho e Célula de Sustentabilidade e Saúde Ambiental.

A implantação do projeto de Responsabilidade Social – RS – no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, tem por primordial finalidade identificar e exercer ações eficientes no âmbito do Estado, no que se refere a uma gestão, socialmente, responsável e igualitária.

Em julho de 2021, foi iniciado o contato com a Comunidade do Pio XII, popularmente, conhecida como Comunidade do Pau Pelado, situada no bairro São João do Tauape, em Fortaleza. Esse diálogo iniciou-se por meio do contato com líderes comunitários, de forma que pudéssemos conhecer a comunidade e seus moradores, bem como suas potencialidades e desafios. Posteriormente, foram aplicados questionários sociodemográficos na população circunscrita para formulação de um diagnóstico, cujo fito é orientar as intervenções realizadas nas necessidades emergentes e específicas a essa coletividade.

Desde então, diversas ações que visam à promoção do conhecimento acerca de direitos humanos e promoção de cidadania foram realizadas no território da comunidade, com rodas de conversas, palestras e ações de conscientização.

Vale ressaltar que o planejamento das ações acima elencadas foi realizado em conjunto com a comunidade, no âmbito do Departamento de Saúde e Assistência Social, tratando-se de uma ação conjunta, não unicamente empreendida pelas células que compõem o Comitê de Responsabilidade Social.

A inserção da comunidade não se dá de forma unilateral, sendo a Casa Legislativa um espaço para a construção mútua, reconhecendo na população um sujeito de direitos, cuja participação

se torna imprescindível para quaisquer ações realizadas contando com a participação de moradores no planejamento de ações.

Ademais, esse e os demais projetos continuam sendo executados, no âmbito da comunidade, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio de uma abordagem holística de intervenção, portanto, necessária ao pleno acesso aos direitos fundamentais.

Considerando, portanto, os dados até então coletados, suas informações acerca dos efeitos ocasionados pela Pandemia da SARS-COV-2, com a volta do Brasil ao mapa da fome, a taxa de desemprego que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – já atingiu, no 2º trimestre de 2021, a taxa de desemprego de 14,1% no Brasil e de 15,1% no estado do Ceará (IBGE,2021), mostrando o profícuo engajamento em ações de responsabilidade social.

Para realização do presente projeto, com a possibilidade de que obtenha o maior nível de abrangência possível, foram realizadas parcerias com diversos órgãos públicos. Ressalte-se que todas as parcerias realizadas para operacionalização do projeto foram discutidas e efetivadas, de forma gratuita, não constituindo gastos para sua operacionalização.

A GESTÃO PÚBLICA SISTÊMICA ALINHADA AOS ODS

A temática do desenvolvimento surgiu, no século XX, quando as inquietações com as condições de vida das pessoas, as altas taxas de analfabetismo, o aumento da miséria e da mortalidade infantil acentuaram-se (SOUZA, 2012). A partir da década de 1950, tornou-se indispensável discutir o desenvolvimento, por conta das flutuações econômicas que destacaram as questões de concentração de renda e riqueza nas mãos de poucos, e pelo surgimento de poucos países industrializados, piorando a desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ocasionada pelo processo de industrialização (VEIGA, 2015).

Para além dos problemas sociais, os ambientais, também se tornaram preocupantes, chamando a atenção dos especialistas e das instituições em todo mundo, conforme pode ser visto nos pactos da Organização das Nações Unidas – ONU –, desde a década de 1970, sobre a forma de desenvolvimento dos países e as desproporções ambientais provocadas.

O debate internacional viabilizado pela ONU coloca tal instituição como basilar, na discussão das melhorias que se referem à qualidade de vida da população, sobre o respeito aos direitos humanos, o progresso econômico, social e cultural, a partir dos incentivos das instituições internacionais (BOURSCHEIDT, 2011).

Um dos acordos relevantes aconteceu durante a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD –, órgão da ONU, conhecida como Conferência de

Estocolmo, ocorrida em 1972, que inseriu na discussão internacional a construção de um novo modelo de desenvolvimento, reconhecendo o impacto humano global sobre o meio ambiente, constituindo uma perspectiva coletiva sobre os desafios da preservação ambiental e das melhorias do meio ambiente humano (UNITED NATIONS, 2012).

Segundo Veiga (2015), a Conferência de Estocolmo, também, possibilitou a formação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que promulgou o Relatório de Brundtland, nomeado “Nosso Futuro Comum”, trazendo a definição do desenvolvimento sustentável.

Entre as várias conferências ambientais conduzidas pela ONU, ao longo do tempo, podemos destacar a que ocorreu, em 2015, em *New York*, denominada “Cúpula de Desenvolvimento Sustentável”, que debateu, na Assembleia Geral da ONU, a adesão ao documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda 2030 constitui-se em um plano de ação que pretende consolidar a paz universal, apontando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – e 169 metas para eliminar a pobreza e viabilizar um padrão de vida digna para as pessoas (ONU, 2015).

Januzzi e De Carlo (2018) afirmam que a promoção dessa agenda acontece, sobretudo, por sua importância política em todos os países, principalmente, seguida aos desastres ambientais manifestados com mais regularidade no século XX.

Brandi (2018) afirma que a Agenda 2030 estabelece metas que requerem uma conduta integrada e sistêmica para a fomen-

tação do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, o governo adquiriu uma função essencial para a materialização do documento e/ou de outros programas socioambientais, especialmente, no contexto local, visto que o setor público determina e implementa ações apropriadas para favorecer os objetivos e as metas da agenda, no planejamento e orçamento público, além de promover o envolvimento da sociedade civil nos debates importantes (MONTOLLI, CANÇADO & CLAUS, 2021).

O Comitê de Responsabilidade Social busca ampliar o entendimento acerca do papel da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e as dimensões de sua atuação, no tocante ao que se refere à responsabilidade social, propõe ações para alcançar e beneficiar a comunidade local, através do Poder Legislativo, que é o representante maior do povo.

O objetivo do projeto, em seu todo, é ser instrumento de redução dos impactos negativos no meio ambiente da comunidade no entorno da ALECE, preservando recursos ambientais e culturais, atento à desigualdade socioeconômica, a fim de promover o desenvolvimento da localidade para uma sociedade sustentável, utilizando a informação, sensibilização e a execução de ações, junto aos parceiros, colaboradores e à comunidade local.

Tendo tais objetivos em vista, de modo a promover o empoderamento popular por intermédio do acesso gratuito à educação profissionalizante e estimulando o empreendedorismo local. Compreendendo que o acesso ao trabalho não se trata, apenas, do ato de exercer uma atividade remunerada, mas, que mudanças nas condições materiais permitem a reelaboração da perspectiva de vida, do lazer, da convivência familiar, do acesso aos meios de

comunicação e de expressão, assim como acesso à cultura, convivência social e às diversas outras ações benéficas à constituição do sujeito, enquanto cidadão.

Entendemos que o acesso à formação profissional, tanto quanto as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, trazem a possibilidade do empoderamento popular, por meio da ampliação da autonomia por via da mudança das condições materiais e do acesso educacional profissionalizante, possibilitando, ainda, o fomento da economia local.

O Comitê de Responsabilidade Social é o órgão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará que tem por objetivo identificar, sistematizar, otimizar e gerenciar as ações de responsabilidade social da Alece, ampliando essas iniciativas com foco na promoção do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno.

É vinculado, diretamente, à presidência da Alece e visa articular parcerias com instituições de ensino, agências de cooperação internacional e entidades da sociedade civil e governamental, objetivando o desenvolvimento de ações de responsabilidade social e o empoderamento popular.

O comitê atua de forma integrada com as iniciativas dos demais órgãos da Casa Legislativa, fortalecendo projetos e ampliando os impactos positivos promovidos em diversas áreas, consolidando-se num instrumento de redução das desigualdades e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Idealizado e liderado pela primeira-dama da Alece, Cristiane Leitão, o comitê é constituído por três frentes:

- Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental
- Célula de Articulação e Fomento à Cidadania
- Célula de Saúde e Segurança do Trabalho

As Células atuam de acordo com as premissas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – da ONU, realizando ações que dialogam com as demais iniciativas da Casa Legislativa e fortalecem o senso de pertencimento de servidores e das comunidades do entorno.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU – são uma iniciativa de ação global para enfrentamento aos principais desafios para o desenvolvimento mundial, fazem parte da Agenda 2030.

A agenda de ações, lançada, em 2015, durante Assembleia Geral das Nações Unidas, tem pautado debates e planejamento dos 193 países membros da ONU, assim como inspirado iniciativas de diferentes atores sociais, com foco na superação das desigualdades e na construção de um presente e futuro mais sustentáveis.

Com 17 objetivos interconectados e 169 metas, os ODS abrangem ações para a erradicação da fome e da pobreza, promoção da paz, saúde, educação, igualdade, prosperidade, medidas para proteção do meio ambiente e combate às mudanças climáticas e colaboração para comunidades e cidades mais sustentáveis, desenvolvidas e igualitárias.



Lista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

1. **Erradicação da pobreza**
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. **Fome Zero e Agricultura Sustentável**
Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

- 3. Saúde e Bem-estar**
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
- 4. Educação de qualidade**
Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
- 5. Igualdade de gênero**
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6. Água potável e saneamento**
Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
- 7. Energia limpa e acessível**
Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
- 8. Trabalho decente e crescimento econômico**
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas e todos.
- 9. Indústria, inovação e infraestrutura**
Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10. Redução das desigualdades**
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11. Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12. Consumo e produção responsáveis

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13. Ação contra a mudança global do clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

14. Vida na água

Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15. Vida terrestre

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere à gestão pública alinhada com as ODS, podemos afirmar que o contexto global atual aponta para a urgência do compromisso coletivo, objetivando o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e mais igualitária, onde os direitos humanos sejam respeitados e promovidos e as dificuldades vivenciadas pela sociedade sejam enfrentadas. E, nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – constituem-se como um importante plano de ação.

A Célula de Articulação e Fomento à Cidadania atua com foco na promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno.

A partir de parcerias com os demais órgãos da Alece, organizações da sociedade civil, mediadores comunitários, instituições de ensino e entidades governamentais, a célula vem realizando ações que buscam atender as demandas e necessidades das comunidades do entorno da Casa Legislativa.

O planejamento do cronograma de atividades é realizado a partir de visitas às comunidades e de escuta aos mediadores comunitários das localidades do entorno, sendo uma forma de alinhar as necessidades e disponibilidade para as atividades.

Diversas reuniões para apresentação do planejamento e da construção de parcerias para projetos de capacitação, fomento à economia local e empreendedorismo com entidades e organizações vêm sendo realizadas (*ODS 1/ 2/ 3/ 8/ 10/ 17/ 4/ 11*).

Foi realizado um diagnóstico com a comunidade do Pio XII, mais conhecida como Pau Pelado, localizada no entorno da Casa Legislativa, com vistas a reunir informações sobre os perfis

dos moradores e nortear as ações e demandas (ODS 1/ 2/ 3/ 8/ 10/ 17/ 4/ 11).

Rodas de conversa e palestras com moradores das comunidades do entorno, no caso, do bairro Pio XII, em Fortaleza-Ce, abordando questões diversas, tais quais direitos humanos, importância da coleta seletiva e dos cuidados com o meio ambiente. Ações em parceria com a Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental e Escritório Frei Tito (ODS 1/ 2/ 3/ 4/ 8/ 11/ 12/ 13/ 15/ 17).

Participando da campanha do Setembro Amarelo, a célula realizou ações para promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio com servidores e moradores do entorno da Alece (ODS 3/4).

A promoção da saúde faz parte de uma abordagem multidisciplinar e integrativa, por isso, a célula, em parceria com o Senac, ofereceu serviços odontológicos em Van equipada para servidores e comunidades do entorno (ODS 3/ 4/ 17).

Dentro da programação da campanha do Outubro Rosa da Alece, a célula realizou oficina de artesanato com servidoras e mulheres das comunidades do entorno, em parceria com Movimento de Mulheres do Legislativo – MMLC – e Assalce (ODS 3/ 4/ 10/ 17).

Durante a oficina, foram confeccionadas almofadas em formato de coração, adaptadas para dar maior conforto, após a cirurgia no processo do tratamento de câncer de mama. As almofadas foram doadas para a Casa Vida, ligada ao Instituto do Câncer do Ceará – ICC.

Ainda com foco na sensibilização sobre a prevenção ao câncer de mama, a célula promoveu roda de conversa do médi-

co ginecologista com mulheres do projeto Bem-Me-Quero, do MMLC (ODS 3/ 4).

No mês em que se celebra o Dia das Crianças, a célula e o MMLC realizaram um evento com brinquedos, lanche e brindes para crianças da comunidade do entorno, proporcionando um momento de lazer e diversão para as famílias (ODS 1/ 3 / 10).

Para promover o debate sobre governança e práticas para o desenvolvimento sustentável, o Comitê de Responsabilidade Social da Alece, por meio da Célula de Articulação e Fomento à Cidadania e a Unipace realizaram o Seminário de Governança Municipal para Prefeitos e Gestores Públicos - Edição Ceará (ODS 4/ 8/ 11/ 17).

O evento reuniu gestores e palestrantes de todo o Brasil, de forma híbrida, com mesas de debates que abordaram diversos temas, o conceito de governança e experiências exitosas, responsabilidade social, governança no legislativo municipal e nas estruturação de controle interno, assim como os impactos da governança nas contratações públicas, na gestão da educação e saúde e a governança fiscal.

A Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental, por meio da adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P – em 2012. Ao longo dos anos, o trabalho e compromisso de gestores e servidores permitiram que a Alece recebesse selos de certificação do Ministério do Meio Ambiente e, em 2018, tornou-se a primeira Casa Legislativa do Brasil a receber a certificação do Selo A3P pelas ações de sustentabilidade que impactam, de forma positiva, o meio ambiente, seus servidores e as comunidades do entorno.

A célula atua com iniciativas que buscam o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a gestão adequada dos resíduos gerados, as construções sustentáveis, as compras públicas sustentáveis, a qualidade de vida no ambiente do trabalho e a sensibilização e capacitação dos servidores.

Entre as ações citamos:

ODS 6

- Reutilização da água dos aparelhos de ar-condicionado e de água da chuva, assim como uso de dispositivos eficientes de água nas dependências da Alece.
- Redução de, aproximadamente, 47% no consumo de água de 2015 a 2020.
- Colaboração com o Pacto pelo Saneamento Básico, iniciativa do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos que reuniu esforços, especialistas de diversos órgãos para o debate, com foco no desenvolvimento nas áreas da água, saneamento e resíduos sólidos.
- Sala de triagem de resíduos recicláveis, também, usada para sensibilização ambiental de escolas públicas advindas do programa Conhecendo o Parlamento.

ODS 7

- Instalação de painéis fotovoltaicos no Anexo III da Alece e de sensores de presença, nos banheiros de uso público, assim como substituição de lâmpadas fluorescentes pelo tipo LED, tecnologia que consome menos energia e emite mais luz no ambiente, maior e melhor uso de iluminação natural

- > Por meio do monitoramento de energia foi constatada a redução no consumo de energia em 28%.
- Implementação de novas tecnologias eficientes e sustentáveis para os prédios da Alece
- Modernização das infraestruturas prediais para torná-las mais sustentáveis
- Construção do prédio, Anexo III, com enfoque no bem-estar humano, no acesso equitativo, com nível A pela Etiqueta Nacional de Projeto – ENCE – e reaproveitamento de águas pluviais e dos aparelhos de ar-condicionado para limpeza, irrigação e descargas sanitárias.

ODS 12

- Realização de campanha de uso consciente de materiais e consequente redução na produção de resíduos.
- Participação no projeto Unimed “Eu ajudo na lata”. A iniciativa recolhe lacres de alumínio e converte-os em cadeiras e muletas para associações sociais.
- Criação do Sistema de Gerenciamento Virtual de Coleta – SGVC –, plataforma on-line de gerenciamento e solicitação de coleta interna de resíduos, que otimiza e promove a coleta seletiva na Alece.
- Coleta e logística reversa de cerca de 400 kg de pilhas e baterias pelo Programa ABINEE Recebe Pilhas
- Compostagem da borra de café, evitando que, anualmente, cerca de três toneladas de resíduos sejam destinados a aterros sanitários.
- Coleta solidária destinada às associações e cooperativas de reciclagem que tenham sua renda única, exclusivamente, advinda da venda de material

reciclável, com um total aproximado de 8.500.00 kg de resíduos, no período de 2015 a 2021.

- Descarte ambientalmente correto de Resíduo Eletroeletrônico – REE.
- Descontaminação e destinação de lâmpadas de vapor de mercúrio, evitando a poluição do meio ambiente. No período de 2015 a 2021 foram, aproximadamente, 22.000 lâmpadas.

ODS 13

- Promoção de cursos e ações visando ao aumento da conscientização, em relação às mudanças climáticas, às formas de mitigação e à redução dos impactos.
- Realização do concurso cultural “Sustentabilidade em Casa: um minuto que pode mudar o mundo”, em que os participantes foram convidados a criar um vídeo mostrando suas práticas sustentáveis e ações contra as mudanças climáticas.

ODS 15

- Doação de, aproximadamente, 1.500 mudas de espécies nativas, de 2018 a 2021, promovendo o aumento da biodiversidade regional e a promoção de um ar mais limpo na cidade.

A Célula de Saúde e Segurança do Trabalho desenvolve ações que buscam assegurar uma vida saudável e um ambiente laboral seguro, visando promover o bem-estar, a partir do entendimento de que conforto, segurança e eficiência influenciam a saúde

de do ser humano, de forma global, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele.

Atuando em parceria com as demais células e órgãos da Alece, a Célula de Saúde e Segurança do Trabalho promove atividades com os servidores da Casa Legislativa e seus familiares, assim como com as comunidades do entorno.

Diante do contexto da pandemia de Covid-19, a célula elaborou e apresentou o Protocolo de Biossegurança de retorno às atividades presenciais da Alece, realizou ações sobre o uso correto das máscaras, assim como o levantamento dos comprovantes de vacinação geral e contra Covid-19 dos colaboradores do DSAS.

Na questão de segurança do trabalho, a célula elaborou o plano de Prevenção de Risco de Acidentes com materiais perfurocortantes, promoveu palestras de segurança ocupacional com temas diversos, entre eles, combate a incêndio. Foi realizado o Curso de Primeiros Socorros para coordenadores de células, em parceria com a Célula de Clínica Médica do DSAS e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.

Com atuação junto aos servidores terceirizados da Alece, promoveu o levantamento dos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO – e dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

Com o retorno gradual das atividades presenciais, foi elaborado o Protocolo de Saúde e Segurança para eventos, promovidos pelo Comitê de Responsabilidade Social, assim como ações com foco na sinalização de segurança.

Buscando promover hábitos alimentares saudáveis, reali-

zou-se, em parceria com a Célula de Nutrição do DSAS, ação sobre o reaproveitamento dos alimentos e alimentação correta no ambiente de trabalho.

Foi executado, também, o programa de Ergonomia e de Ginástica Laboral, on-line, cujo objetivo principal é estimular a prática de atividade física, melhorando a postura e aliviando as tensões musculares.

No mês em que se celebra o Dia da Criança, famílias de servidores da Casa participaram de ação, em parceria com a Célula de Odontologia e Nutrição, oportunidade em que, além de outros temas, foi ressaltada a importância da vacinação contra a Covid-19.

A partir do trabalho integrado e multidisciplinar, a célula participou de atividades, nas comunidades do entorno da Alece, com rodas de conversa sobre autocuidado físico e mental, ansiedade, medidas preventivas e a vacinação contra a Covid-19. Em alusão ao Novembro Azul, foram realizadas palestras sobre a importância da prevenção do câncer de próstata.

Com trabalho integrado e colaborativo, participou de reunião com a Unipace sobre análise ergonômica, quando foi solicitada pela diretoria da instituição uma parceria com a célula para melhorar o ambiente laboral e, conseqüentemente, a qualidade de vida do servidor.

O Departamento de Saúde e Assistência Social – DSAS – da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará atua na promoção da saúde e qualidade de vida, em seus diversos aspectos, a partir do trabalho multidisciplinar de 13 células. Os atendimentos são

oferecidos aos servidores da Alece, seus dependentes e às comunidades do entorno da Casa Legislativa (ODS 3/ 4/ 10).

Composto por 12 Células, o DSAS é ligado, diretamente, à Diretoria Administrativa e Financeira da Alece e proporciona a realização de atividades com qualidade e compromisso, focando no bem-estar de todos os envolvidos.

A realização e consolidação das mudanças necessárias exige, assim, a ação integrada de todas as esferas sociais, e a incorporação de medidas para uma gestão pública sustentável faz-se, ainda, mais importante.

A partir desse entendimento, o Comitê de Responsabilidade Social da Alece atua para que as iniciativas e projetos do legislativo cearense contribuam, de forma efetiva, para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – sejam alcançados.

As ações de responsabilidade social da Alece e o trabalho para que sejam ampliadas e fortalecidas compreende, assim, a capacidade de impactar de forma positiva e beneficiar as comunidades do entorno, bem como colaborar com o desenvolvimento do estado do Ceará e do Brasil.

A adesão ao Pacto Global da ONU, a Assembleia Legislativa do Ceará assinou, em junho de 2021. A solicitação para adesão ao Pacto Global da ONU, reiterando o compromisso da Casa Legislativa com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, foi o primeiro ato do Comitê de Responsabilidade Social, criado pela Alece.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Evandro Leitão, ressaltou o papel social da Casa Legislativa que, além de le-

gistrar e fiscalizar, atua na promoção da qualidade de vida da população, da sustentabilidade ambiental e da equidade entre as pessoas.

O Pacto Global é uma iniciativa com foco na promoção do crescimento sustentável e da cidadania, a partir de dez princípios universais em quatro áreas: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Os princípios são derivados de importantes documentos internacionais: Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Para ampliação da abrangência do projeto empreendido, diversas parcerias foram realizadas, para que as atividades tenham impactos sociais relevantes e que seja promovido o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Para o oferecimento dos cursos de capacitação foram realizadas parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC –, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/CE – e uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – para monitoramento dos indicadores. As parcerias concederam o acesso aos cursos profissionalizantes, utilizando as instalações da Escola Superior do Parlamento Cearense – UNIPACE – e, em caso de aulas laboratoriais, essas serão realizadas nas sedes dos serviços. Para aqueles que optarem pelo empreendimento próprio, será ofertada uma linha de crédito por meio do Programa Ceará Cred. - ADECE.

Os participantes do projeto serão indicados pela Célula de Articulação de Fomento à Cidadania, utilizando um diagnóstico, aplicado junto à comunidade. Prosseguindo, serão realizadas as tratativas finais para efetivação de um acordo de cooperação técnica com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF –, objetivando o direcionamento para as vagas de emprego, por meio da plataforma 1 Milhão de Oportunidades - 1MO.

Para execução do projeto, inicialmente foi realizada uma parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC –, oferecendo dados acerca das demais comunidades do entorno, proporcionando um diagnóstico mais amplo, delineando possíveis participantes de demais territórios, possibilitando acesso ao monitoramento de indicadores provenientes das atividades realizadas, e posteriormente, gerar diagnósticos provenientes da realização da atividade, implicando no acompanhamento longitudinal do impacto das ações realizadas.

Em setembro de 2021, recebemos no âmbito da casa legislativa, Preto Zezé, presidente da Central Única das Favelas – CUFA –, que nos proporciona a constante comunicação de líderes comunitários e coletivos visando fomentar a mobilização para divulgar as ações empreendidas, para que a comunidade, em seu todo, tenha conhecimento das atividades ofertadas e esteja plenamente mobilizada para participar, além de permitir o acesso às demais localidades.

Importante ressaltar que as células que atuam com responsabilidade social, na ALECE, foram contactadas por outras instituições educacionais, a Universidade de Fortaleza – UNIFOR – e Farias Brito – FB –, objetivando a realização de parcerias.

Principais metas cumpridas e a serem cumpridas:

Metas Qualitativas

- Capacitar pessoas de áreas vulneráveis para acesso ao mercado de trabalho.
- Fomentar a economia.
- Atingir objetivos de desenvolvimento socialmente sustentável – ODS.
- Sensibilização da gestão pública alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável.
- Estreitamento da relação da casa legislativa com as comunidades vulneráveis

Metas a cumprir

- Início das atividades de ofertas no mês de novembro de 2021.
- Ampliação do projeto para municípios do interior do estado.
- Entrega de portfólio de ações realizadas.
- Entrega de documentário realizado com as comunidades contempladas.

Delimitamos a aquisição de materiais de informática, tablets e computadores/laptops, objetivando a ampliação de acesso aos projetos.

A aquisição dessa tecnologia permitirá que as atividades do Comitê de Responsabilidade Social sejam expandidas aos demais municípios cearenses, disponibilizando o acesso aos cursos e às demais prerrogativas do projeto, sempre priorizando as especificidades locais e as possibilidades almejadas pela população circunscrita.

CONCLUSÃO

No âmbito da sustentabilidade, a inovação tem um papel relevante, portanto, é necessário estar com o olhar direcionado às necessidades atuais, sem produzir produtos e/ou serviços que irão prejudicar as futuras gerações, e estar à procura de soluções para melhorias que buscam diminuir os impactos sobre o ambiente social, econômico e ambiental.

A inovação para a sustentabilidade deve ser pensada e planejada com vistas ao desenvolvimento sustentável, priorizando não só os fatores econômicos, mas também, os ambientais e sociais, de forma que não haja comprometimento ao futuro das sociedades e, conseqüentemente, das organizações. Além disso, a inovação com cerne no desenvolvimento sustentável concebe um novo modo de assegurar a subsistência dos indivíduos, desenvolvendo novos processos de trabalho e novas maneiras de subsistência da sociedade. Lembrando que a inovação para sustentabilidade, também, reclama um alto grau de participação social, e para promover a geração de soluções sustentáveis é preciso desenvolver uma visão sistêmica e integrar as diferentes competências dos diversos atores, levando em consideração os ODS (BCSD, 2005; KRUCKEN, 2009).

As pesquisas apontam que as organizações que adotam a governança e que praticam a responsabilidade social são mais organizadas e possuem maior transparência, trazendo mais benefícios à sociedade. Ou seja, é de suma importância a gestão pública estar alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –, que geram uma nova visão sistematizada de futuro para a governança. A finalidade é de impactar, positivamente, a população e apontar um olhar sob a perspectiva do todo, por meio da esperança, justiça e acolhimento.

Nessa perspectiva, as ações, socialmente, sustentáveis do Comitê de Responsabilidade Social da ALECE atendem o contexto do desenvolvimento sustentável dos processos de trabalho e das demandas da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRANDI, C. O papel das cidades: implementação da agenda 2030 e do acordo de Paris. In Fundação Getúlio Vargas, **Cidades Sustentáveis** (32a ed.). Rio de Janeiro e São Paulo: Cadernos FGV Projetos, 2018.

BRASÍLIA: PNUD. 2012. G77. **About the Group of 77**. The Group at the United Nations,. 2012.

BOURSCHEIDT, D. M. Economia e sustentabilidade: um estudo sobre indicadores de desenvolvimento sustentável (**Dissertação de mestrado**). Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória, ES, Brasil, 2011.

GENEBRA: OMS, 2015. ONU - Organização das Nações Unidas. **O Pacto Global das Nações Unidas**. Disponível em: <[Pacto Global](#)>. Acesso em: 10 de Mar. de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo desempregadores 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [IBGE | Portal do IBGE | IBGE](#)>. Acesso em: 10 de Mar. de 2022.

JANUZZI, P. M., & DE CARLO, S. (2018). Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Revista Bahia Análises e Dados**, 28(2), 6-27, 2018.

MANNARELLI FILHO, T.; DONADON, F. A. B. .; PIGATTO, G. A. S. .; QUEIRÓZ, T. R. .; BAPTISTA, R. D. . **Social responsibility, sustainability and innovation in the Brazilian sugar-energy sector: Trends and perspectives.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e32610414317, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14317. Disponível em:<<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14317>>. Acesso em: 4 de mar. de 2022.

MONTOLLI, C. A. CANÇADO, J. C.; CLAUS, RENATO P. **Gestão Pública, Governança e Meio Ambiente: A influência da agenda 2030 e o desenvolvimento econômico sustentável na formulação de Políticas Públicas.**

ISSN 0719-5753 - Vol. 7, nº 1 / jan – Jun 2021 pp. 44-68. Disponível em: <[CIENCIAS DOCUMENTACION \(cienciasdeladocumentacion.cl\)](http://cienciasdeladocumentacion.cl)>. Acesso em: 10 de mar de 2022.

ONU. United Nations Organization. **The future we want:** resolution adopted by the General Assembly. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em:<www.onu.org.br/rio20/documentos/> . Acesso em: 10 mar. 2022. .

SOUZA, M. M. C. de. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Cadernos de Pesquisa. Nº 107. P. 169 - 186. São Paulo. julho/2012.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável.** (1a ed.). São Paulo: Editora 34, 2015.

4. SAÚDE MENTAL: DESVELANDO AS ENTRELINHAS DO “SENTIR” NAS ORGANIZAÇÕES

*Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa,
Rejane Sales Oliveira,
Carina Nogueira Diógenes,
Lídia Andrade Lourinho*

INTRODUÇÃO

É necessário falar sobre saúde mental para entender a importância que ela tem em nossas vidas e de que modo pode atuar na prevenção do adoecimento (HILLMAN, 2009; DURKHEIM, 2011; ORELLANA et al, 2020). Falar sobre saúde mental não é um processo simples, é um conceito com diversas nuances que abre espaço para discussões nas mais diversas áreas. Essa característica dá-se porque a saúde mental deve ser vista tal qual um conceito dialético, e que, não pode ser discutida sem o uso de uma abordagem interdisciplinar da questão.

Para os objetivos do presente ensaio teórico, abordaremos a discussão de um paralelo existente entre a implementação de ações de saúde mental dentro de uma casa legislativa e a abordagem da questão, a partir de uma visão sistêmica. Importa ressaltar, que o termo que não pode ser, totalmente, compreendido sem levar em conta seu aspecto ético-político, pois não se trata, apenas, do bem-estar psíquico, mas do acesso aos direitos fundamen-

tais, em especial, à cidadania, considerada o exercício político dos direitos civis e sociais.

O paralelo entre saúde mental e o exercício da cidadania dá-se desde os movimentos que antecederam o golpe militar (MEDEIROS e GUIMARÃES, 2002), com as tentativas da implantação de um sistema de saúde pública que atendesse as demandas sanitárias do povo brasileiro. Entrementes, o movimento de luta antimanicomial, formado por trabalhadores em saúde mental, usuários dos serviços de saúde e familiares, abordava, desde a década de 70, as violações de direitos perpetradas contra aqueles que buscavam atenção em saúde, bem como as formas de atendimento que resultaram em práticas de violência e de exclusão social e política.

Durante esse período, o direito de acesso à saúde, ainda, era alvo de disputa, passando a ser implementado com o advento da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme o artigo nº196, no qual saúde passa a ser dever do Estado (BRASIL, 1988).

Desde então muitas têm sido as estratégias adotadas para responder o desafio de não apenas promover o acesso, mas também, de criar novos modos de promover saúde. Desafio esse engrandecido, seja pela amplitude territorial do país, pelo histórico de investimento em políticas públicas, ou demais fatores inerentes à visão sobre políticas públicas no Brasil. Essas características geram a necessidade de abordagens inovadoras, necessitando de novas práticas e de avaliação na implementação dessas, de forma a evitar o retorno a uma compreensão da saúde, a partir de uma visão biomédica e patologizante.

A partir do significado histórico do termo, é possível perceber que o tema sempre foi perpassado pela importância do posicionamento político, da necessidade de inserção social e da participação popular. Esse papel foi negado ao portador de transtornos mentais por muito tempo, e tal forma de estar no mundo foi, continuamente, correlacionado à alienação ou às práticas criminais, à vadiagem (DESVIAT, 2015). Essas características foram utilizadas como motivos para a relativização de sua participação, em decisões democráticas, com a desvalorização do discurso e da história de vida do consulente.

Há de se ressaltar que, para a compreensão do fenômeno de invisibilização das subjetividades citadas, fazemos uso da interpretação de Sawaya (2018) e do Guareschi (2004) acerca do processo de exclusão, ou seja, de que todos estamos inseridos, socialmente, de alguma forma, no circuito de atividades econômicas, e que na modalidade de funcionamento atual, algumas dessas formas de inserção se dão por meio da insuficiência de acesso ou privação. A adoção dessa interpretação permite perceber que é um tema que não pode ser abordado, sem o devido cuidado e historicidade necessária. Essa compreensão acerca da loucura representa um lugar social necessário ao funcionamento de determinados sistemas.

Destarte, o engajamento em projetos que visam à transformação desse lugar social tem característica revolucionária, ao quebrar o paradigma imposto à loucura, alçando o portador de transtorno mental ao lugar de protagonista, representando, ainda, um posicionamento frente ao lugar social que se dá ao discurso sobre saúde mental e assistência social.

Nesse contexto, trabalhar promoção de saúde mental, no âmbito de uma casa legislativa, enquanto espaço para análise e produção de conhecimento para fundamentação de possíveis vias de intervenção, demonstra uma preocupação em abordar o tema de forma estratégica. Tal modalidade foi abordada no estado do Ceará, fazendo uso da perspectiva sistêmica de governabilidade, que se traduz por meio da implementação de novas perspectivas de atendimento à população, visando à promoção da saúde.

O Departamento de Saúde e Assistência Social abriga diversas modalidades de atendimento em saúde e desenvolve ações voltadas ao seu público interno e externo, com objetivo de melhorar a qualidade de vida da sociedade. A partir de 2019, com a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio, iniciaram-se as ações voltadas para a promoção de saúde mental no âmbito da Alece. Em razão da pandemia por SARS-COV-2, e com o agravamento dos casos de saúde mental, em razão do isolamento social, fez-se necessária a realização de ações voltadas ao cuidado com o cidadão, promovendo debate acerca do tema com ações que promovam o acesso à saúde mental e à disseminação de informações e espaços de escuta.

Desse modo, o Núcleo de Saúde Mental iniciou suas atividades em 16 de março de 2021, no Departamento de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. A equipe é composta por quatro psicólogas que atuam em parceria com as demais células do DSAS, de modo a construir novos projetos que abordem o tema da saúde mental, a partir de uma perspectiva crítica, abrindo as portas do Departamento de Saú-

de para a participação do cidadão, nas atividades realizadas e que procuram incitar as discussões e a participação social em temas de relevância pública.

As ações implementadas são escolhidas a partir de um estudo prévio acerca de questões de saúde mental relevantes ao território cearense. Portanto, ocorrem tanto no ambiente do Departamento de Saúde e Assistência Social – DSAS – da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, quanto nos municípios do estado, partindo da premissa de que a aproximação entre o poder legislativo e o povo não deve ocorrer, apenas, por iniciativa do cidadão, mas a casa legislativa, também, deve exercer papel ativo na promoção do acesso da população às atividades formuladas.

No presente texto discutiremos a implementação da Oficina Despertar, projeto que teve como principais objetivos a prevenção ao suicídio e promoção da vida, o qual ocorreu durante o ano de 2021, e faz parte do rol de ações implementadas pelo núcleo até o período atual. Importante ressaltar que a oficina foi realizada em parceria com o Núcleo de Práticas Sistêmicas Restaurativas e o Núcleo de Mediação e Gestão de Conflitos, pois um dos objetivos foi o de adotar uma abordagem multidisciplinar e sistêmica do assunto, assim como, alargar as vias de diálogo sobre a temática já existente. As parcerias implementadas permitem ainda que outras áreas formulem seus próprios discursos sobre os temas levantados, fazendo com que o convite, aliado à construção conjunta das intervenções, promova a criação de um fazer profissional que leva em conta demandas atuais.

DISCUSSÃO

Em março de 2021, teve início a implementação de ações do serviço, sendo o Setembro Amarelo planejado de forma a possibilitar a ampliação no número de ações que visam à prevenção ao suicídio e à valorização da vida do cidadão. Dessa forma, as ações referentes ao Setembro Amarelo iniciaram a escrita do material de apoio e do projeto a ser implementado no mês de julho.

O atendimento individual mostrou-se importante, mas não foi suficiente para atender a amplitude de demandas sociais, sendo necessário um olhar sistêmico da questão. Cabe aqui explicar o porquê desse olhar sistêmico: compreender de que forma as questões de saúde se articulam, a partir de sistemas, ou seja, uma articulação complexa, que pode ser abordada por diversos ângulos, e cada ângulo abordado é considerado verdadeiro (RECK, 2016). O olhar utilizado nas intervenções implementadas é interdisciplinar, fazendo uso das diversas especialidades e saberes presentes na realização do planejamento, intervenção e avaliação das ações idealizadas. A modalidade apresenta uma diferenciação ao debater o tema, por ultrapassar o pensamento de que a saúde se trata de um tema referente ao atendimento médico, centrado e compreendendo o fenômeno transpassado por questões políticas, sociais, culturais, e que, dessa forma, necessita de intervenções diversas, de cunho ambiental, financeiro e social.

Entender o processo de gestão, dentro de um equipamento do poder legislativo, é de grande importância por compreender que a administração, socialmente, engajada é um avanço recente,

por conseguinte, é sensível às necessidades presentes no seu entorno, necessitando de uma forma flexível para adaptar-se às demandas atendidas e da sensibilidade necessária para percebê-las.

O Núcleo de Saúde Mental iniciou suas ações, em março de 2021, sempre atuando em parceria com setores da casa e órgãos públicos para promoverem saúde mental em um espaço de aprendizado, construção e vivência. Para atingir esse objetivo usou diversas tecnologias e intervenções por meio de webinars, palestras, cursos, oficinas, eventos, projetos, grupos, produções textuais e literárias e comunicação visual. Além disso, as ações de promoção da saúde não foram realizadas com prejuízo às ações preventivas, coincidindo com os plantões psicológicos, palestras para profissionais da saúde e campanhas de conscientização na capital do estado do Ceará.

Nesse contexto, por meio do Núcleo de Saúde Mental, o Núcleo de Práticas Sistêmicas Restaurativas e o Núcleo de Mediação e Gestão de Conflitos foram iniciadas discussões sobre implementação das ações de discussão sobre saúde mental, bem como direcionamento às gestões de conflito. Decidiu-se que o trabalho implementado seria iniciado em escolas públicas, em diversos municípios cearenses e, para tanto, seria necessária a produção de um material adaptado às necessidades locais e a pesquisa epidemiológica, previamente realizada.

Foi decidido que o trabalho seria realizado com jovens e adolescentes, estudantes de escolas públicas do interior do estado, e que as facilitadoras se deslocariam até o local, a fim de promover atividades lúdicas associadas ao tema. Vale ressaltar que a escolha do local foi de extrema importância na realização da oficina, haja vista que apesar da impossibilidade de permanência

em território por um tempo maior, o que seria benéfico para a formação de vínculo e a criação de modos de intervenção mais adaptados às realidades locais, ainda proporciona a possibilidade da construção de vínculos durante os momentos da intervenção, além do conhecimento dos atores que participam da cena, nas quais os adolescentes se situam, formando ligações com esses e abrindo a possibilidade de diálogo, a partir do referenciamento com os profissionais presentes. Essa ligação apresenta grande valor na medida em que diminui o distanciamento dos possíveis acordos e a própria intervenção a partir do encontro.

Deleuze (2002), ao citar Spinoza, explica que resultamos do conjunto de encontros acumulados na vida, e também, dos afetos que provêm desses encontros, gerando a transformação de todos aqueles envolvidos no processo. Portanto, entrar em contato direto, e transitar nos territórios dos sujeitos participantes, implica na transformação direta da intervenção das facilitadoras, não sendo nenhuma das partes neutra em todo o processo.

A ação foi denominada Oficina Despertar, e para sua implementação foi formulado material técnico específico, no formato de um livro, com informações e recomendações, publicado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP –. Foram elaboradas dinâmicas lúdicas para que dessem suporte ao repasse das informações contidas no volume, assim como no desenvolvimento de habilidades de comunicação.

O Setembro Amarelo trata-se de um evento direcionado à prevenção do suicídio em âmbito nacional. É uma campanha direcionada à sociedade, e por essa razão precisa da participação de todos. A oficina foi realizada com o intuito de promover a cons-

cientização de fatores importantes para a prevenção do suicídio, por meio do desenvolvimento de habilidades de enfrentamento com a facilitação de rodas de conversa, preparando grupos vulneráveis, em localizações estratégicas, escolhidas após levantamento epidemiológico da taxa de suicídio, nos municípios do Ceará. A oficina ocorreu de 01 de janeiro de 2020 a julho de 2021, para oferecer estratégias de reconhecimento de emoções, autocuidado, prevenção à autolesão, prevenção ao suicídio, mídias sociais, comunicação não violenta, formas de solicitar ajuda e possibilidades de atendimento em saúde mental.

O público era formado de adolescentes, cursando o 9º ano do ensino fundamental, na faixa de idade compreendida entre 14 e 17 anos, ou que estivessem cursando o ensino médio, contando com a participação de seus respectivos professores, para posterior multiplicação das oficinas. A capacidade máxima de participantes seguiu o preconizado pelo decreto estadual e municipal, sendo o número máximo de 100 pessoas por oficina, em local aberto e arejado, com espaçamento necessário para obediência aos protocolos exigidos.

As oficinas foram realizadas na modalidade presencial, com duração de três horas, turno da manhã, onde foram discutidos os temas citados, a partir de atividades lúdicas e dinâmicas grupais, operacionalizadas por psicólogas, mediadoras e terapeutas sistêmicas. O livro produzido foi disponibilizado, gratuitamente, aos adolescentes participantes, em modalidade física, e, também, se encontra disponível na internet.

A forma de abordar o tema, levando em conta outros territórios que se situam para além do espaço físico, onde se localiza a casa legislativa, parte do princípio da compreensão sistêmica

de políticas públicas e da participação social: todos pertencem ao processo de cidadania. Falamos em processo por acreditar que cidadania é algo perpassado por ações cotidianas e posicionamentos adotados organicamente, sendo, portanto, continuamente construída, a partir das vivências diárias, visto que ao manter contato com o espaço público sofre-se influência das formas de gerência do espaço que é vivenciado.

Fazer, portanto, algo sistêmico, deve-se levar em conta a necessidade de presentificar-se no espaço físico vivenciado pelo cidadão, de forma que o processo de participação, também, assuma a ordem do consciente, fazendo parte do imaginário social e das possibilidades de ação possíveis nos diferentes territórios visitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação das oficinas, aliada às demais atividades implementadas, permitiu que o diálogo entre os municípios e o Núcleo de Saúde Mental fosse estreitado e fortalecido, permitindo que as oficinas implementadas assumissem o caráter de intervenção permanente, ao invés de características pontuais. Além disso, os temas e grupos abordados sofreram ramificações para implementação de outras modalidades de facilitações no âmbito dos municípios.

Importa ressaltar que parte das modificações idealizadas foram montadas, a partir da demanda enunciada pelos participantes das oficinas. Em especial, professores de escolas públicas, quanto à criação de espaços de diálogo e à discussão acerca das vivências experienciadas em sala de aula.

Além disso, foi possível estreitar a relação com esses municípios e, ainda que de forma breve, conhecer diferentes realidades vivenciadas por estudantes e professores do interior do Ceará. É importante elucidar que a facilitação dessas oficinas, também, apresentou limitações que não podem ser analisadas no presente momento, mas restam lacunas a serem abordadas mediante a continuidade das intervenções: efeitos longitudinais dessa abordagem, a percepção acerca dos atores sociais sobre a presença do Núcleo de Saúde Mental nas trocas realizadas e quais as construções que fulguram da relação estabelecida.

De todo modo, interpretamos que a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em aproximar as atividades da população para além do espaço físico em que se estabelece, pode ser interpretada uma forma diferente de lidar com questões atreladas à saúde mental, em especial, ao pensar a relação entre essa e o acesso da população às atividades empreendidas pelo poder legislativo, visto que pensar em saúde mental sem pensar na forma conforme se articulam as ações legislativas faz com que o termo seja esvaziado de suas características ético-políticas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- DELEUZE, G. **Espinoza: Filosofia Prática** [1981]. São Paulo: Escuta, 2002.
- DESVIAT, M. **A reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. Trad.: Mônica Stahel. 2º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- HILLMAN, J. **Suicídio e alma**. Trad.: Sônia Maria Caiuby Labate. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GUARESCHI, P. A. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: Competitividade e Culpabilização. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MEDEIROS, S. M. de e GUIMARÃES, J. **Cidadania e saúde mental no Brasil: contribuição ao debate**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2002, v. 7, n. 3 [Acessado 28 Fevereiro 2022] , pp. 571-579. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000300014>>. Epub 17 Jul 2007. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000300014>.

ORELLANA J.D.Y., RIBEIRO M.R.C., BARBIERI M.A., SARAIVA M.C., CARDOSO V.C., BETTIOL H, et al. Transtornos mentais em adolescentes, jovens e adultos do consórcio de coortes de nascimento brasileiras RPS (Ribeirão Preto, Pelotas e São Luís). **Cad Saúde Pública** 2020; 36:e00154319.

RECK, J. R.; BITENCOURT. Caroline Müller. Categorias de análise de políticas públicas e gestão complexa e sistêmica de políticas públicas. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 16, n. 66, p. 131-151, out./dez. 2016. DOI: 10.21056/aec.v16i66.364

SAWAYA, R. R. Estado, democracia e o poder da corporação transnacional. **Homa Publica - Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas**, v. 2, n. 1, 31 jan. 2018.

5. O CENTRO INCLUSIVO DE ATENDIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL – CIADI: O OLHAR SISTÊMICO INCLUSIVO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

*Ana Saskya Vaz de Araújo,
Maria do Socorro Tavares Timbó,
Cristiane Sales Leitão,
Bráulio Costa Teixeira,
Lídia Andrade Lourinho*

INTRODUÇÃO

A convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (NY, 2007), promulgada pelo Estado brasileiro, por meio do Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, resultou numa mudança paradigmática das condutas oferecidas às pessoas com deficiência.

Desde então, o Estado brasileiro tem buscado, por meio da formulação de políticas públicas, garantir a autonomia e a ampliação do acesso à saúde, à educação e ao trabalho, entre outros, com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência.

A Política Nacional de Saúde da pessoa Portadora de Deficiência conta, dentre as suas diretrizes, com a promoção da quali-

dade de vida e a organização de serviços de atenção à Pessoa com Deficiência – PCD –, instrumentalização de recursos humanos e assistência integral à saúde dessa população (BRASIL, 2010).

No âmbito do estado do Ceará, o Plano Plurianual para o quadriênio de 2020-2023, planejamento governamental que orienta a implementação de políticas públicas, nos eixos: Ceará Acolhedor e Ceará de Gestão Democrática para Resultados, viabiliza programas de promoção da implementação de políticas públicas para inserção social e acessibilidade, e ampliação da aproximação da casa legislativa com o povo cearense, promovendo a cidadania para a sociedade cearense.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Alece – promove, continuamente, a interação do legislativo com a sociedade, na prestação de serviços de saúde e assistência social aos seus servidores e dependentes, além de atuar na garantia dos direitos e de acessibilidade às pessoas com deficiência. Com base nessa afirmação, a primeira-dama da Alece, Dra. Cristiane Leitão, criou o Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil – CIADI –, com o objetivo de ampliar os serviços prestados às crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA –, projeto da casa denominado Mundo Azul, que iniciou suas atividades em 2020.

O Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil – CIADI –, foi criado pela Resolução Nº 719, de 20 de maio de 2021, que altera dispositivos da resolução Nº 698, de 31 de outubro de 2019, que trata da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com o objetivo de prestar atendimento voltado ao desenvolvimento de crianças e ado-

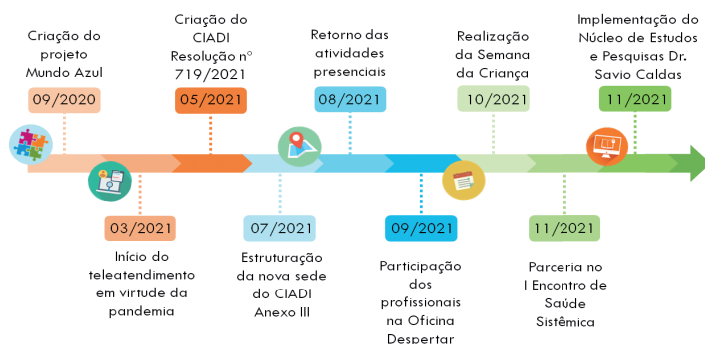
lescentes de dois a 16 anos com Transtorno do Espectro Autista e crianças de dois a sete anos com Síndrome de Down, oferecendo assistência especializada, segura, de qualidade e humanizada a essas crianças e adolescentes, visando à inclusão, reabilitação e ao desenvolvimento das mesmas.

Prezando pela qualidade dos serviços oferecidos, o CIADI tem a preocupação em seguir uma diretriz básica da Política de Saúde da Pessoa com Deficiência que é a Organização e Funcionamento dos Serviços. Busca realizar uma gestão “eficaz, eficiente e efetiva”, o que eleva o acompanhamento constante no processo de desenvolvimento de ações, de elaboração, de monitoramento e avaliação, determinando ações adequadas para o aperfeiçoamento do serviço.

O planejamento da força de trabalho é um processo sistemático e contínuo de avaliação das necessidades futuras de recursos humanos, no tocante ao quantitativo, à composição e ao perfil de definição das estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de tais necessidades. Dentro da abordagem sistêmica, observam-se as partes para compreender a totalidade organizacional.

APRESENTANDO O CENTRO INCLUSIVO DE ATENDIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL – CIADI

Linha do Tempo História e Atuação do CIADI



O CIADI foi criado pela Resolução N° 719, de 20 de maio de 2021, que altera dispositivos da resolução N° 698, de 31 de outubro de 2019, que trata da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com objetivo prestar atendimento voltado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down, oferecendo assistência especializada, segura, de qualidade e humanizada a essas crianças e adolescentes, visando à inclusão, reabilitação e ao desenvolvimento das mesmas. O CIADI é constituído pelos seguintes órgãos:

I – Célula de Atendimento em Transtorno do Espectro Autista (Mundo Azul);

II – Célula de Atendimento em Síndrome de Down (+ Down).

Com sua implementação, o CIADI aumentou a faixa etária das crianças atendidas, que era de dois a 12 anos, no Mundo Azul, passando agora a atender adolescentes com TEA até 14 anos de idade, em 2021, e com expectativa de ampliação para até 16 anos em 2022.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, o Ceará possui 2.340.330 milhões de pessoas que apresentam, pelo menos, uma das deficiências investigadas no censo de 2010, o que representa 27,68% da população total do estado. A partir desses dados, torna-se imprescindível o direcionamento de ações para essa população. Considerando as diversas barreiras vivenciadas por pessoas com deficiência, o CIADI ampliou seus serviços para atender, também, crianças, de dois a sete anos, com Síndrome de Down.

Nessa perspectiva, foi projetado espaço físico no térreo do 1º Andar do Edifício Dep. Francisco das Chagas Albuquerque (anexo III), estruturado, fisicamente, com salas amplas, adaptadas, arejadas e equipadas para atender seu público.

O CIADI conta com um espaço de 750m², com um total de 35 salas distribuídas da seguinte forma:

Nº	DESCRIÇÃO
01	RECEPÇÃO
02	SERVIÇO SOCIAL
03	CONSULTÓRIO 1
04	ADMINISTRAÇÃO
05	PASSAGEM PARA CORREDOR 1
06	COORDENAÇÃO
07	D.M.L
08	COPA
09	CONSULTÓRIO DE ENFERMAGEM
10	CONSULTÓRIO MÉDICO
11	CONSULTÓRIO 2
12	TERAPIA OCUPACIONAL
13	T.O - INTEGRAÇÃO SOCIAL 1
14	T.O – INTEGRAÇÃO SOCIAL 2
15	PASSAGEM PARA CORREDOR 2
16	FONOAUDIOLOGIA 1
17	FONOAUDIOLOGIA 2
18	FONOAUDIOLOGIA 3
19	PSICOLOGIA 1
20	PSICOPEDAGOGIA 1
21	PSICOPEDAGOGIA 2
22	PSICOLOGIA 2
23	PSICOLOGIA 3

Nº	DESCRIÇÃO
24	EDUCAÇÃO FÍSICA
25	FISIOTERAPIA 1
26	DEPÓSITO
27	MUSICOTERAPIA
28	SAÍDA DE EMERGÊNCIA 1
29	FISIOTERAPIA 2
30	PSICOLOGIA FAMILIAR
31	CONSULTÓRIO 3
32	REUNIÃO
33	NUTRIÇÃO
34	ATENDIMENTO GRUPAL
35	SAÍDA DE EMERGÊNCIA 2

Para desenvolver suas atividades, o CIADI conta, hoje, com uma equipe de 42 profissionais, compondo seu corpo administrativo e equipe multidisciplinar.

CIADI em Números

42 PROFISSIONAIS



Equipe Administrativa

01 Coordenadora

01 Orientador de Célula

02 Técnicos Administrativos

04 Apoio Técnico

Equipe Multidisciplinar



01 Neuropediatra

04 Psicopedagogos

08 Psicólogas

01 Psiquiatra

03 Fonoaudiólogos

02 Musicoterapeutas

01 Pediatra

02 Assistentes Sociais

01 Profissional de Educação Física

01 Enfermeiro

03 Terapeutas Ocupacionais

06 Fisioterapeutas

OBJETIVOS

O principal objetivo do CIADI é proporcionar diagnóstico precoce e tratamento adequado, usando de um de atendimento terapêutico interdisciplinar e especializado às crianças e aos adolescentes de dois a 16 anos, portadores de TEA e crianças de dois a sete anos com Síndrome de Down, promovendo a sua saúde e qualidade de vida.

Os atendimentos serão ofertados aos dependentes de servidores da Alece também para a comunidade do entorno, entendendo que a:

PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA
– é uma diretriz que deve ser compreendida como responsabilidade social compartilhada, visando assegurar a igualdade de oportunidades, a construção de ambientes acessíveis e a ampla inclusão sociocultural (BRASIL, 2010, p. 8).

A partir da adoção de práticas terapêuticas norteadoras, profissionais das áreas de educação física, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicomotricidade, psicopedagogia e terapia ocupacional, atuam em conjunto, considerando que a troca entre os diversos campos do conhecimento pode oferecer um desenvolvimento aos para os sujeitos, contribuindo para a avaliação das evoluções neuropsicomotoras, com o objetivo de prevenir atrasos e potencializar as atividades cognitivas, funcionais e posturais. Crianças com deficiências, quando abordadas precocemente, apresentam grandes possibilidades de melhora no desenvolvimento de suas habilidades

cognitivas, sociais, emocionais e motoras, tendo uma inserção mais eficiente na vida social e exercendo sua cidadania.

Atuar sobre os fatores que causam as deficiências é tarefa de toda a sociedade, o que inclui os poderes públicos, as entidades não governamentais, as entidades privadas, as associações, os conselhos, as comunidades, as famílias e os indivíduos (BRASIL, 2010). Por isso, o CIADI, também, trabalha para assegurar às crianças e adolescentes com deficiência o pleno exercício de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.

Tendo em vista que as relações em saúde são baseadas, essencialmente, na relação entre pessoas, o CIADI tem por objetivo, também, promover mecanismos de capacitação de seus recursos humanos, mantendo-os, permanentemente, atualizados, capacitados e qualificados, visando garantir o acesso oportuno à reabilitação e promovendo maior qualidade de vida e inclusão social às pessoas com deficiência. Ainda com o olhar para seu quadro pessoal qualificado, o CIADI busca desenvolver pesquisas relacionadas à atenção às pessoas com deficiência, com TEA e Síndrome de Down, por meio do grupo de estudos e pesquisas.

Considerando que o atendimento ao nosso usuário é realizado de forma multidisciplinar, e entendendo que a família faz parte desse contexto, o CIADI proporciona atendimento psicológico individual aos pais e responsáveis por criança/adolescente, e, por meio do Projeto “Encaixe”, oferta atendimento em grupo na perspectiva do autocuidado e desenvolvimento do potencial empreendedor.

A APLICABILIDADE DO CIADI NA PERSPECTIVA DA GESTÃO SISTÊMICA

O CIADI foi desenhado para realizar um atendimento especializado e de qualidade para crianças e adolescentes com TEA e crianças com Síndrome de Down, no estado do Ceará.

Prezando pela qualidade dos serviços oferecidos, o CIADI tem a preocupação de seguir uma diretriz básica da Política de Saúde da Pessoa com Deficiência que é a Organização e Funcionamento dos Serviços, e busca realizar uma gestão “eficaz, eficiente e efetiva”, o que eleva o acompanhamento constante no processo de desenvolvimento de ações, elaboração, monitoramento e avaliação, determinando ações adequadas para o aperfeiçoamento do serviço. Considerando essa realidade, o CIADI criou o Regimento Interno para seu pleno funcionamento e a Unidade Gerencial para o acompanhamento de seu macroprocesso. O uso dessas ferramentas torna-se muito importante para a instituição.

O acesso ao serviço início-se com o cadastro realizado no Serviço Social, com os pais e/ou responsável pela criança/adolescente, onde, posteriormente, é marcada uma triagem multiprofissional, avaliação médica e de enfermagem, a fim de identificar suas necessidades. No caso de crianças com Síndrome de Down, quando já se identifica a deficiência, e das crianças/adolescentes com TEA que tenham o diagnóstico positivo, a família retorna ao Serviço Social onde receberá as orientações necessárias para a realização da inserção e acompanhamento da criança no Centro. Já para crianças/adolescentes com diagnóstico duvidoso, a famí-

lia é orientada, de acordo com a necessidade da equipe multidisciplinar para definir o diagnóstico.

O diagnóstico de TEA permanece, essencialmente, clínico e é feito a partir de observações da criança e entrevistas com pais e/ou cuidadores. O uso de escalas e instrumentos de triagem padronizados ajuda a identificar problemas específicos, sendo muito importante para o rastreamento e a triagem de casos suspeitos, não sendo essencial para a avaliação nosológica. A partir da identificação dos sinais de alerta, podem ser iniciadas a intervenção e a monitoração dos sinais e sintomas ao longo do tempo (BRASIL, 2014).

O TEA é marcado por desordens de origem neurobiológica, sendo os prejuízos referentes aos comportamentos restritivos e repetitivos e déficits na área sociocomunicativa. Pensando nisso, o CIADI desenvolveu um Instrumento de avaliação que foi denominado de Roteiro de Observação, construído a partir de bases teóricas e científicas em evidências clínicas e empíricas, que apontam para a dimensionalidade de suas características cognitivas e psicológicas, e embasam os aspectos encontrados no espectro do autismo.

O instrumento é aplicado como forma de triagem, no contexto multiprofissional e com uma metodologia do brincar livre, para elencar prioridade de intervenção terapêutica e, assim, desenvolver um plano terapêutico individualizado e que contemple todas as áreas do cuidado integral com a criança e o adolescente.

Inicialmente, a avaliação necessita de, no mínimo, 10 minutos de brincar livre, para observar o comportamento e habili-

dades da criança. Nesse sentido, são avaliados aspectos do campo social/emocional, linguagem/comunicação, desenvolvimento neuropsicomotor e aspectos sensoriais.

O acompanhamento à criança com TEA ou Síndrome de Down é feito pela equipe multidisciplinar, de acordo com as necessidades da criança, definidas a partir da triagem realizada. Cada criança é acompanhada, no mínimo, uma vez por semana, de acordo com o grau da deficiência. Os atendimentos são realizados por cada profissional em um tempo de quarenta minutos, e mais cinco com a devolutiva para família. Cada criança, obrigatoriamente, é acompanhada pela médica pediatra homeopata, pelo neuropediatra, com avaliações mensais e pelo psiquiatra infantil, a partir da necessidade de cada criança.

A cada semana, a equipe profissional reúne-se para realizar estudo de caso dos pacientes, buscando uma evolução.

Ao final de seis meses, a equipe profissional prepara um relatório de cada paciente e faz a devolutiva aos seus familiares.

ACOMPANHAMENTO EM GRUPO DE ADOLESCENTES DE 12 A 14 ANOS PORTADORES DE TEA

O programa de intervenção, em grupo, tem por objetivo estruturar as sessões dos grupos terapêuticos do CIADI. Esse programa de intervenção foi desenvolvido a partir da Terapia Cognitivo Comportamental – TCC –, que consiste em uma abordagem

psicológica em que as intervenções possuem base na alteração dos processos cognitivos, (pensamento – emoção e comportamento). Esse programa continua sendo desenvolvido com o objetivo de, ao final das sessões, os participantes (adolescentes e crianças com TEA) possam apresentar significativa melhora nas habilidades sociais, comunicativas e cognitivas. Aliando estratégias cognitivas e comportamentais, o modelo de intervenção, com técnicas baseadas na terapia cognitivo-comportamental, assume que processos cognitivos, emocionais e comportamentais são mutuamente influenciáveis, podendo-se, assim, usar quaisquer dessas vias para intervenção, afim de haver impacto nas demais (BECK, 2013; STICHTER *et al*, 2010).

As estratégias integram processos internos e externos para o desenvolvimento das habilidades, o que está associado a melhores resultados em termos de generalização dos comportamentos em diferentes ambientes (BECK, 2013; STICHTER *et al*, 2010).

A terapia, em grupo, sempre possui um terapeuta fixo, que irá se responsabilizar pela montagem do grupo (baseando a escolha dos participantes, a partir de sua avaliação clínica individual, considerando idade, escolaridade, potencialidades, vulnerabilidades e sintomatologia), da organização e aplicação de atividades direcionadas. Na sua essência, as dinâmicas são estruturadas de caráter vivencial, com o objetivo de compreender quais características pessoais e habilidades afloram ao longo das tarefas, no tocante às descobertas, e que os participantes se reconheçam entre si, sejam encorajados ao autoconhecimento e desenvolvam habilidades. Esses aspectos podem ser considerados benefícios para todo o processo terapêutico.

As sessões, em grupo, têm duração de 60 minutos, divididos em: 20 minutos iniciais para revisão de atividades propostas para o contexto familiar e os 40 minutos restantes para aplicação das atividades a serem trabalhadas no encontro seguinte. O grupo tem uma periodicidade semanal ou quinzenal e cada um conta com a presença de até quinze participantes.

O grupo organiza-se e estrutura-se em habilidades trabalhadas com foco na flexibilidade cognitiva, habilidades sociais, comunicação, orientação de carreira, empatia, manejos de emoções (raiva, tristeza, ansiedade), questões inerentes ao processo de adolecer e ao TEA.

AS ATIVIDADES INCLUSIVAS DESDE O PERÍODO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO

O cuidado com a saúde da criança, por meio da estimulação precoce e acompanhamento do desenvolvimento infantil, nos primeiros anos de vida, é tarefa essencial para a promoção à saúde, prevenção de agravos e a identificação de atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, bem como de efeitos na aquisição da linguagem, na socialização e na estruturação subjetiva, podendo contribuir, inclusive, na estruturação dos vínculos e na compreensão e no acolhimento familiar dessas crianças.

Tendo em vista uma grande demanda de crianças que necessitam de atendimento no diagnóstico e tratamento de TEA e Síndrome de Down, bem como, dos bons resultados obtidos no projeto Mundo Azul, iniciado em 2020, com o objetivo de aten-

der crianças com TEA, vislumbrou-se a oportunidade de ampliar esse escopo para o atendimento às crianças com Síndrome de Down, possibilitando a conquista de uma maior funcionalidade das crianças que apresentem alguma deficiência, permitindo, assim, um futuro com mais autonomia e inclusão social.

As atividades do projeto Mundo Azul iniciaram-se em agosto de 2020, quando foram realizados acompanhamentos especializados a quarenta crianças de dois a 11 anos e 11 meses. Os acompanhamentos (terapias) especializados aconteceram de segunda a quinta das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, cada sessão de terapia com duração de quarenta minutos. O atendimento é contínuo e cada criança possui uma agenda com a quantidade de terapias necessárias ao seu desenvolvimento. Às sextas-feiras acontecem os estudos de casos clínicos, reunião de equipe, elaboração de cronograma de atividades, organização de prontuários e demais demandas surgidas na semana. A equipe, ainda, elabora e realiza atendimentos individuais e/ou compartilhados, compreendendo as necessidades de cada um, maximizando suas potencialidades, promovendo um atendimento integral, equânime e adequado ao desenvolvimento da pessoa com TEA.

ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2020

Gerais a todos os núcleos profissionais:

- Triagem (Acolhimento Inicial);
- Avaliações;
- Reavaliações.

- Atendimentos: individual, grupal e familiar;
- Atividades educativas.

Específicos:

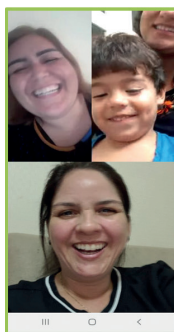
- Atendimento neuropediatra;
- Atendimento pediatra;
- Atendimento psiquiatra;
- Atendimento de enfermagem;
- Atendimento social;
- Atendimento de psicologia;
- Atendimento de terapia ocupacional;
- Atendimento de fonoaudiologia;
- Atendimento de nutrição;
- Atendimento de psicopedagogia;
- Atendimento de educação Física;
- Atendimento de fisioterapia;
- Atendimento de musicoterapia;
- Atendimento de psicologia familiar;
- Roda de conversa com mães.

No período de 14/09/2020 a 30/12/2020, foram realizados 3.442 atendimentos especializados e 10 encontros de acompanhamento às famílias.

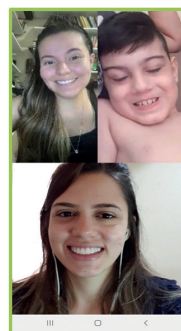
No ano de 2021, com as medidas de isolamento social impostas em fevereiro, todas as atividades de assistência com a equipe multiprofissional foram adaptadas para a realidade remota.

Foi realizado um levantamento das plataformas de videochamada para escolher a que melhor se adaptava a cada realidade e reunião com os pais das crianças atendidas, para explicar a metodologia que seria aplicada. Os atendimentos iniciaram-se em 22 de fevereiro de 2021, com todas as crianças cadastradas e acompanhadas. Foi seguido, a mesma organização e o mesmo formato da terapia presencial. Às sextas-feiras, aconteceram os estudos de casos clínicos, reunião de equipe, elaboração de cronograma de atividades, organização de prontuários e demais demandas surgidas na semana, bem como alterações na agenda e reformulação de metodologias de trabalho, de acordo com as demandas das famílias.

Além de multi...
interdisciplinar



A equipe trabalha de forma cooperativa e respeito entre os profissionais envolvidos, sem ultrapassar os limites das suas atribuições, e estabelece uma relação de confiança entre a equipe profissional e a família, para garantir a continuidade do tratamento.

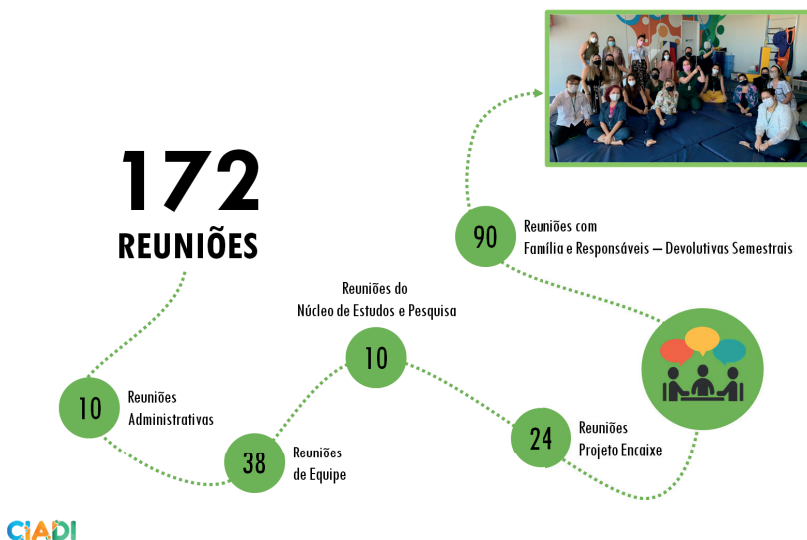
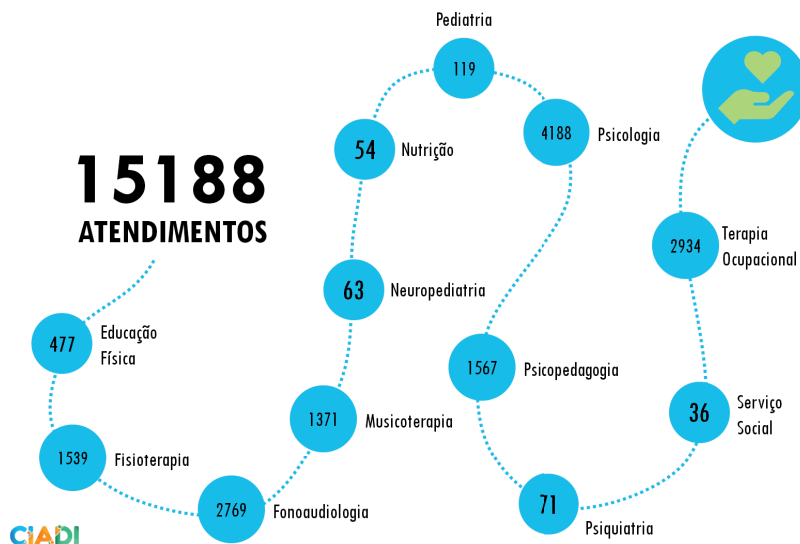


Os atendimentos aconteceram em sua maioria sem prejuízos, de forma contínua, e cada criança possuía uma agenda com a quantidade de terapias necessárias ao seu desenvolvimento. A

equipe elaborou e organizou atendimentos compartilhados, compreendendo as necessidades de cada paciente, maximizando suas potencialidades, promovendo um atendimento integral, equânime e adequado ao seu desenvolvimento de pessoa com TEA. Todos os profissionais utilizaram, nesse período, atividades de acolhimento, escuta, habilidades sociais, entre outras.

ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2021

Gerais a todos os núcleos profissionais e específicos:



CONCLUSÃO

O pensamento sistêmico é um conjunto de elementos inter-relacionados e interdependentes, cuja dinâmica se encaminha para um objetivo comum. Certamente descreve a possibilidade de uma transprofissionalidade na qual não existam fronteiras entre as profissões, as disciplinas e que as diversidades existentes, em cada uma delas, possam se revelar para o constante aparecimento de novas/outras intervenções ou práticas.

No contexto do fazer interventivo, tal pensamento encontra espaço de prática capaz de possibilitar e contextualizar o fenômeno interventivo/terapêutico uma estrutura de ações interligadas, considerando o singular e o múltiplo, o individual e o coletivo, princípio da complexidade do sistema terapêutico no alcance da inclusão.

Imaginemos um corpo humano, composto por vários sistemas. Muitas vezes, ficamos a nos perguntar de que modo uma máquina funciona de forma tão perfeita. Claro que a ciência já desvendou tal pergunta, porém, é instigante pensar nesse funcionamento, e sendo organismos vivos, o próprio meio ambiente mantém o seu equilíbrio.

Ter um olhar sistêmico dentro desse organismo vivo, que pulsa, chamado CIADI, é um grande e gostoso desafio. Vimos aqui, que cada parte individual tem a sua função, no entanto, uma depende da outra para que o serviço aconteça sem prejuízos.

O CIADI presta serviço a uma população específica, que precisa de um olhar diferenciado e especializado. Para garantirmos um serviço especializado e eficiente é importante conhecer as partes que se encontram interligadas, para poder compreender o todo.

Importante ressaltar o compromisso e a presteza no atendimento multidisciplinar. Profissionais especialistas que, com doação e amor, não medem esforços para alcançar os objetivos nos acompanhamentos de cada criança/adolescentes, abraçando a metodologia desenvolvida e sendo partícipe da gestão do Centro Inclusivo de Atendimento para o Desenvolvimento Infantil.

Tendo esse olhar, o CIADI cresce com a proposta de se desenvolver enquanto instituição pública que cria espaços e dinâmicas de uma visão sistêmica, percebendo seu público o maior beneficiado na construção de uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BECK, J. **Terapia cognitivo comportamental**.

2 ed. Artmed. 2013.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência. **Protocolo Facultativa à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência**. Brasília, DF: Corde, 2007.

_____. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decree/d6949.htm>. Último acesso em 12.02.22.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

JOGO de pintar. Ateliê Clociê. Disponível em: <https://ateliēclociê.com/jogo-de-pintar/>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

STICHTER, J. P., HERZOG, M. J., VISOVSKY, K., SCHMIDT, C., RANDOLPH, J., SCHULTZ, T., & GAGE, N. Social competence intervention for youth with Asperger syndrome and high-functioning autism: An initial investigation. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 40(9),1067-1079. 2010.



SOBRE OS AUTORES

Ana Sáskya Vaz de Araújo

Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), especializanda do MBA em Gestão e Governança Pública pela Universidade do Parlamento do Ceará (UNIPACE), e mestranda em Gestão em Saúde Pública pela UECE. Atualmente exerce a função de Coordenadora do Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil (CIADI), da Assembleia Legislativa do estado do Ceará.

Bráulio Teixeira Costa

Enfermeiro Mestrando em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Estadual do Ceará. Residente em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Especialista em Gestão em Saúde e Gestão em Redes pela Fiocruz Orientador de Célula do Centro Inclusivo para o Atendimento e Desenvolvimento Infantil - CIADI

Carina Nogueira Diógenes

Psicóloga formada pela Unifor com MBA e pós graduação em Gestão de Pessoas pela FGV, e Mestranda em Gestão em Saúde Pública através da UECE. Realiza atendimento em consultório particular, atua como Equoterapeuta. Trabalha no núcleo de Saúde Mental da Assembleia Legislativa e na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará.

Cristiane Sales Leitão

Graduada em Fonoaudiologia (UNIFOR); Especialista em Sistemas de Gestão Integrados da Qualidade, Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no trabalho (SENAC- SP); Mestre em Gestão em Saúde (UECE). Idealizadora do Comitê de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Kátia Quitéria Gomes da Silva

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) pós - graduanda em Políticas Públicas na FAVENI. Assistente Social do Comitê de Responsabilidade Social da ALECE.

Lara Santos Lobo

Psicóloga da Célula de Psicologia da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Graduada em Psicologia pela Unileão; Pós Graduada em Docência do Ensino Superior e Cuidados Paliativos; Formada em Psicologia Hospitalar e Avaliação Psicológica; Formada em Introdução aos Cuidados Paliativos pelo Instituto de Medicina Infantil do Pernambuco (IMIP); Formação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela FIOCRUZ/Brasília e Membro fundadora da Liga Acadêmica de Saúde Integral à Diversidade (LASID).

Lídia Andrade Lourinho

Graduada em Fonoaudiologia pela UNIFOR e em Pedagogia pela UECE. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, em Moderna Educação e em Neuropsicopedagogia. Mestre em Educação em Saúde, doutora e pós-doutora em Saúde Coletiva. Docente dos mestrados em Ensino na Saúde, Saúde da Criança e do Adolescente e Gestão em Saúde da Universidade Estadual do Ceará e dos cursos de Enfermagem e Psicologia da Faculdade Luciano Feijão. Orientadora da Célula de Psicopedagogia do DSAS (Departamento de Saúde e Assistência Social) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Lygia Herayde Gomes de Brito Bessa

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza e pós-graduada em Neuropsicodagnóstico, Mestranda em Saúde da Criança e do Adolescente através da Universidade Estadual do Ceará. Trabalha no núcleo de Saúde Mental da Assembleia Legislativa e realiza atendimento clínico particular. Possui experiência no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade e em intervenção em crise.

Luana Paula Brasileiro Ramos Canary

Coordenadora do Comitê de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Formada em Turismo pela FIC, Especialista em Formação Empresarial pela UNIFOR, cursando MBA em Governança e Gestão Pública pela UNIPACE.

Maria do Socorro Tavares Timbó

Graduada em Fonoaudiologia (UNIFOR), Pós graduanda em Fonoaudiologia Clínica (UNIFOR), Especialista em Psicopedagogia (UNICHISTUS) e em Educação (ULisboa), Mestranda em Educação pela Universidade de Lisboa/Portugal (ULisboa). Fonoaudióloga Clínica e Educacional, atuando no Colégio Art&Manha e nas sedes do Colégio Antares. Orientadora da Célula de Fonoaudiologia do DSAS (Departamento de Saúde e Assistência Social) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Docente do IBFE (Instituto Brasileiro de Formação de Educadores) na pós-graduação em Psicopedagogia e da Academia de Palestrante do Ceará na Universidade MRH. Terapeuta Centrada no Ser, formada na DEP (Dinâmica Energética do Psiquismo). Coaching Sistêmica pelo ICF (International Coach Federation).

Patrícia Codevilla Carneiro

Marketing da célula de Articulação e Fomento à Cidadania do comitê de Responsabilidade social da ALECE. Formação em marketing pela faculdade Anhanguera e pós graduando gestão pública.

Rejane Sales Oliveira

Doutoranda em Psicologia/Comportamento Organizacional, Mestrado em Educação, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Graduada em Pedagogia, Graduada em Psicologia p. Atua como Psicóloga Clínica da Elabore Clínica Psicológica e como Servidora Pública da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ) da Célula de Desenvolvimento de Pessoas (CEDEP/RH). Atualmente encontra-se à disposição da ALECE-CE como Coordenadora do Núcleo de Saúde Mental.

Selma machado de castro

Orientadora do núcleo de práticas sistêmicas e restaurativas do departamento de saúde da assembleia legislativa do estado do Ceará. Terapeuta sistêmica formada em Constelação Familiar e aprofundamento, e Constelação Estrutural pelo Instituto Militão. Facilitadora de círculo de justiça restaurativa e construção de paz. Especialização em terapia sob-medida, inteligência emocional e reprogramação mental. Facilitadora de Barras de Access / Especialista em drenagem linfática no pré e pós cirurgia plástica/mastectomia, terapia manual, massagem terapeutica nos pontos de dores guiadas/eletroterapia e estética avançada.

Tamires Campos Goes da Silva Guimarães

Enfermeira especialista em obstetrícia pelo UECE e Saúde Pública pela UFC. Orientadora da célula de articulação e fomento à cidadania do Comitê de Responsabilidade Social da ALECE.



Esta publicação foi composta com a família tipográfica Gandhi Sans e Serif corpo 8 a 20



João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

Ernandes do Carmo
Coordenação Gráfica

Cleomarcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo
Impressão, Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Produção em Braille

Mário Giffoni
Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Redação

Luzia Lêda Batista Rolim
Assessoria de Comunicação/Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha, Vânia Monteiro Soares Rios,
Marta Lêda Miranda Bezerra, Maria Marluce Studart Vieira
Milena Saraiva
Revisão

João Victor e Thaís Lúcio
Estagiários

Site: <https://al.ce.gov.br/index.php/institucional/inesp>

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Mesa Diretora
2021-2023

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Ap. Luiz Henrique
4º Secretário

**EDIÇÕES
INESP**
DIGITAL

